## Comissão Central de Pós-Graduação CCPG



Ata

## 385<sup>a</sup> Reunião Ordinária

07/07/2021

Sala Virtual

ATA DA TRECENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA (385ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, em sala Virtual do Google Meet, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora RACHEL MENEGUELLO e com o comparecimento dos seguintes Membros: Amanda Rios Ferreira (Representante Discente FEA), Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC), Bárbara Geraldo de Castro (IFCH), Cecília Mary Fischer Rubira (IC), Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM), Enelton Fagnani (FT), João Batista Fogagnolo (FEM), Karina Gonzalez Silvério Ruiz (FOP), Marcelo El Khouri Buzato (IEL), Marcelo Lancelotti (FCF), Marcos Junior Rider Flores (FEEC), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões (FCA), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Renato Barroso da Silva (FEF), Renato Vicentini dos Santos (IB), Rosângela Ballini (IE), Savio Souza Venancio Vianna (FEQ) e Tiago Zenker Gireli (FEC). Estiveram presentes Profa. Renata Gasparino substituindo Profa. Maria Helena de Melo Lima (Coordenadora CPG/FENF), Profa. Maria Claudia Alves Guimarães substituindo Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (Coordenadora CPG/IA), Profa. Cristiane Machado substituindo Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim (Coordenador CPG/FE), Profa. Liliana de Oliveira Rocha substituindo Prof. Douglas Fernandes Barbin (Coordenador CPG/FEA), Sr. Felipe Santos da Silva substituindo Sr. Murilo Miranda Vasconcelos Viana (Representante Discente FOP) e Prof. Marcelo Brocchi substituindo Prof. Leonardo Duarte Tomazelli (Representante PRP). Estiveram presentes Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (Diretor DAC), Sr. Paulo Eduardo Favero (Diretor Adjunto DAC), Profa. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora PRPG), Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), Sra. Marli Padovan de Souza (Coordenadora de Serviços/Diretoria Administrativa e Financeira), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da PRPG), Sra. Silvana Milanin Mendes (Coordenadora de Serviços/Diretora de Assuntos Acadêmicos) e Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG). Havendo número legal, a Sra. Presidente deu início à reunião cumprimentando os presentes e informando que a reunião estava sendo gravada e realizada de maneira remota, por causa dos cuidados com a pandemia. Informou as substituições e apresentou e deu boas-vindas aos novos membros da CCPG. Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior, como coordenador da CPG da Faculdade de Tecnologia, o Prof. Leonardo Tomazeli Duarte como Representante Titular da PRP e o Prof. Marcelo Brocchi como Representante Suplente da PRP. Informou que estava para aprovação da Ata da trecentésima octogésima segunda (382ª) Reunião Ordinária da CCPG realizada em 14/04/2021, Ata da Reunião Extraordinária 1/2021 da CCPG realizada em 22/04/2021 e Ata da trecentésima octogésima terceira (383ª) Reunião Ordinária da CCPG realizada em 12/05/2021. Informou a

1

2

4

5 6

7

8

9

10

11

12

13 14

15

16

17

18 19

20

2122

2324

25

2627

28

29

30

3132

33

solicitação de correção, pelo Prof. Aurélio, na linha 23, da página 20, da Ata da 383ª Reunião Ordinária da CCPG, onde constava PECIM deveria constar PICME. Perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, colocou em votação, em bloco, as três atas, com favoráveis permanecendo como estavam e contrários ou abstenções se manifestando pelo chat, que foram aprovadas com quatro abstenções. Entrando na ORDEM DO DIA, informou que a mesa não destacaria nenhum item e perguntou se alguém gostaria de destacar. Não havendo manifestações, colocou em votação todos os itens da Ordem do dia, com favoráveis permanecendo como estavam e contrários ou abstenções se manifestando pelo chat, que foram aprovados por unanimidade. ORDEM DO DIA: ITEM 1. CRIAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PROJETOS -FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS (FCA). PROC. DIG Nº 36-P-17444/2021 (d). FCA -Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG). ITEM 2. CRIAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU MBA EM CONTROLADORIA E FINANÇAS - FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS (FCA). PROC. DIG Nº 36-P-16893/2021 (d). FCA - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG). ITEM 3. ACORDOS. a) ACORDO DE PROGRAMA DE MESTRADO EM COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IE) E A UNIVERSIDADE SORBONNE PARIS NORD (FRANÇA). PROC. Nº 26-P-9150/2021 (d). IE - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Curv (Assessora da PRPG). ITEM 4. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. DIG Nº 09-P-17314/2021 (d). IFCH - Oferecimento da seguinte disciplina como "disciplina especial, de caráter eventual", no Catálogo de 2021: HF970 - turma A - "Pejorativos e Performatividade II". Carga Horária: 30 horas. - Período: 2º semestre de 2021. - Oferecimento: Prof. Externo Ludovic Soutif (Handary S.A. Belgium – Belgica). **EXPEDIENTE:** A **Sra. Presidente** disse que iria iniciar o expediente, que tinha uma série de informes, abrindo a palavra para informes do plenário. O conselheiro Prof. Antonio Carlos Rodrigues Amorim cumprimentou os presentes. Disse que estava de férias, que aquela seria a sua última reunião na CCPG, com seu mandato finalizando em 31 de julho, que estava sendo substituído pela Profa. Cristiane Machado, eleita Coordenadora Associada da Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, trabalhando com a Profa. Heloísa Pimenta Rocha. Comentou que a Faculdade de Educação estaria muito bem representada em várias das instâncias pelas duas colegas. Disse que queria deixar seu abraço, seus agradecimentos aos colegas da CCPG por aqueles quase três anos aprendendo com todos e criando laços de amizade. Disse que também queria agradecer muitíssimo às Professoras Nancy, Sandra e

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13 14

15

16

17

18

19

20

2122

2324

25

2627

28

29

30

3132

33

Maria Beatriz, e aos professores Elias, Altair e Rachel, desejando exitosa gestão. Comentou que tinha uma coincidência histórica, porque quando estava na transição de Pró-Reitoria da Profa. Rachel, ficou um mês substituindo o Prof. Dario, que não podia ser reconduzido, e na época era vice, e precisou sair, mas estava totalmente à disposição para continuar contribuindo com a pós-graduação da Unicamp e esperava poder encontrar as colegas e os colegas em situações presenciais. Agradeceu também às Senhoras Cristina, Juliana, Bárbara, Silvana e Marli por tudo, naqueles anos todos. Disse que sentiria saudades. A Sra. Presidente agradeceu ao Prof. Antonio Carlos e disse que foi um prazer tê-lo na CCPG, mesmo que tenha sido pouco, tanto naquele momento quanto da primeira gestão, que foram boas coincidências. Disse que sempre que pôde, o Prof. Antonio Carlos colaborou muito com a CCPG. Inclusive na gestão anterior foi muito importante a sua participação em uma série de processos que a PRPG, e que agradecia seu trabalho, sua presença e deu boas-vindas à Profa. Cristiane, porque iriam trabalhar juntas naquele período da gestão. A Sra. Juliana Cristina Barandão informou que o Prof. Orlando pediu a palavra. O conselheiro Prof. Orlando Luis Goulart Peres cumprimentou os presentes, se apresentou como Coordenador do Instituto de Física e disse que queria comunicar que o dinheiro da CAPES ainda não tinha sido depositado e que recebeu, naquela semana, uma mensagem do Banco do Brasil cancelando a conta que tinha sido aberta para depósito pela CAPES. Disse que teria que ir ao Banco do Brasil para saber como proceder, mas ainda não sabia a data do pagamento. Comentou que ficava numa indecisão sobre o assunto e que gostaria apenas de comunicar a situação. A Sra. Presidente perguntou à Sra. Marli se tinha alguma informação e comentou que não tinha muito processo para fazer, que teria que resolver com o banco e a CAPES. A Sra. Marli Padovan de Souza respondeu se colocando à disposição para ajudá-lo, referente ao cartão pesquisador, que poderiam enviar as dúvidas ou solicitação à CAPES. O conselheiro Prof. Orlando Luis Goulart Peres agradeceu. A Sra. Juliana Cristina Barandão informou que o Prof. Marcos era o próximo inscrito. O conselheiro Prof. Marcos Junior Rider Flores cumprimentou os presentes e disse que gostaria de dar dois informes. Disse que recebeu um e-mail do CNPq sobre a chamada 02/21, sobre o resultado preliminar do edital das bolsas de mestrado e doutorado. Não sabia se os demais colegas receberam o mesmo e-mail. A Sra. Presidente respondeu afirmativamente. O conselheiro Prof. Marcos Junior Rider Flores disse que as suas bolsas receberam parecer favorável, e que estavam na fase de recurso administrativo, até o dia 12 de julho, mas ainda não sabia qual seria o número de bolsas alocadas. Achava que o número de bolsas seria informado no final de julho e não sabia se os colegas tinham mais informações. Outro ponto que gostaria de conversar, porém, achava que não tinha solução, era

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

2627

28 29

3031

32

33

sobre as vagas abertas no Programa PED da FEEC. Comentou que a FEEC teve um problema com calendário muito apertado, não tiveram alcance no edital, com muitas bolsas e poucos inscritos, e não conseguiram completar. Disse que mandaram muitos e-mails pedindo adiamento ou talvez a possibilidade de abertura de novo edital, mas não tiveram resultado. Disse que talvez fosse uma atitude um pouco restrita, que não teve a possibilidade de poder completar as bolsas, devido à pandemia e à crise, de ter um pouco de solidariedade, mas achava que não teria como contornar aquele problema porque o assunto estava fechado e era cada um por si. Sobre a CAPES, PROEX, disse que a sua conta do Banco do Brasil também foi fechada. Comentou que pediram para abrir a conta pesquisador rapidamente, dois meses atrás, porque o recurso iria cair e a CAPES estava cobrando, mas que a conta foi fechada. Disse que iria pedir também a ajuda da Sra. Marli para ver o que fazer, porque a informação que recebeu do Banco do Brasil era que se não tivesse nenhuma movimentação econômica depois de dois meses, a conta seria fechada, mas a CAPES estava cobrando a abertura da conta. Outro ponto era sobre a prorrogação do prazo de integralização, de um ano, de todos os alunos. Lembrou que a prorrogação foi aprovada nas últimas reuniões e achou uma boa decisão, mas que teve um colega que reclamou que ele não estava de acordo porque estava esperando a integralização daqueles alunos, para que ficassem desligados no programa da DAC, para depois integrá-los para defenderem, e aceitar dois novos alunos no programa. Ele reclamou que não deveria ter feito aquilo, que devia ter perguntado a ele antes, e que respondeu que não havia como não conceder a prorrogação aos alunos. Disse que queria apresentar o caso e saber se mais algum coordenador estava com o mesmo problema. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu ao Prof. Marcos e disse que iria passar a palavra ao Prof. Elias para que respondesse sobre a questão do PED. O Prof. Elias Basile Tambourgi respondeu que seguiram exatamente o calendário do PED. Disse que todas as solicitações foram analisadas e encaminhadas para a Sra. Lilian, da DAC, para ver se era possível reabrir o calendário no SIGA. Explicou que quando o calendário estava em andamento era impossível reabri-lo e retornar à etapa anterior, que causava muita inconsistência e problemas no sistema. Quando o calendário estava em vigor, abriram duas possibilidades, até o dia 25 para as unidades escolherem os alunos que se candidataram ao PED, e que verificaram que somente setecentas, das mil e quatrocentas inscrições, tinham sido escolhidas, então, dentro daquele prazo, aumentaram no calendário mais um dia para possibilitar às unidades que fizessem aquela operação. Dos setecentos faltantes, chegou à cem, que era mais ou menos o número médio que a Sra. Bárbara trabalhava. O problema era a inconsistência do sistema e que ele não era da PRPG, que não conseguia abrir fora do prazo. Disse que inclusive perguntaram à

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

3031

32

33

Sra. Lilian se existia a possibilidade de uma segunda chamada e a resposta foi negativa. Comentou que não sabia o que aconteceu, que em várias unidades os alunos não se inscreveram. Tinham mil e quatrocentas bolsas e tinham quase mil e trezentos inscritos. Estavam na etapa de aprovar projeto e o calendário seguiria normalmente. Disse que poderia ser feito, para o ano seguinte, se continuasse a pandemia, um calendário um pouco mais estendido. Enfatizou que o sistema não era gerido pela PRPG, que não conseguia alterar os prazos, como era feito anteriormente, quando controlava o sistema e fazia as alterações a qualquer momento. Segundo a Sra. Lilian, o sistema não poderia ser alterado por risco de causar várias instabilidades, inclusive com perda de dados. Disse que sentia muito não poder fazer nada, que chegou a questionar a DAC para verificar o que poderia ser feito, mas, tecnicamente, não havia o que fazer. Pediu a confirmação do Sr. Fernandy. O conselheiro Prof. Marcos Junior Rider Flores agradeceu. O Sr. Fernandy Ewerardy de Souza cumprimentou os presentes e confirmou que não havia como alterar o sistema naquele momento, e explicou que não era um problema do sistema, mas que ao ser criado ele foi definido daquela maneira, que se abriria o calendário, processaria e depois não teria como reabrir novamente. Os alunos inscritos ficariam na lista de espera. Para inscrição, não tinha como ser feito novamente um novo calendário. A Sra. Presidente disse que estava entendendo que poderiam fazer uma nova definição para no ano seguinte redefinirem aquele calendário para que o sistema pudesse colher aqueles novos prazos. Respondeu ao Prof. Marcos que não conseguiram interpretar porque em algum momento eram tão poucas inscrições. Nunca tinha sido daquele jeito, pelo menos nos anos anteriores em que estava próxima do Programa. Comentou que pensaram que talvez a pandemia e aquele modus remoto de fazer a monitoria, de assessora, enfim, fosse uma das causas, mas não conseguiram entender por que o calendário não deu conta de estimular as inscrições dos alunos. Talvez fosse alguma coisa muito pontual, mas de toda maneira, não tinham como definir um novo procedimento e esperavam que não se repetisse no semestre seguinte, caso a pandemia continuasse. Disse que iriam prestar um pouco mais de atenção naquele andamento, até para poder fazer uma definição mais elástica do calendário, eventualmente, prevendo o mesmo comportamento, mas não sabiam interpretar o que houve. Não foi somente na Física, em outras unidades tiveram o mesmo problema. O Prof. Elias Basile Tambourgi complementou que iria responder à pergunta feita na reunião anterior, por que algumas unidades perderam verba, em relação ao segundo semestre de 2020. Disse que pegou todas as planilhas do PED para analisar. Quando a comissão PED anterior definiu o algoritmo para calcular a porcentagem de cada unidade, levou-se em conta a média didática do docente no

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

3031

32

ano anterior, número de alunos da pós-graduação matriculados e número de alunos da graduação matriculados. Disse que tiveram unidades que não ofereceram laboratório, por exemplo, por causa da pandemia, altamente justificável, que tiveram a carga didática média do docente de quatorze para nove. No algoritmo significava que o número nove era multiplicado por meio, a correção dele, e o número quatorze por um e meio. Independente se teve aumento no número de alunos de graduação e de pós-graduação, não refletiu muito. O que refletiu foi a média didática de cada docente na unidade. Tiveram unidades, na área de Saúde, principalmente, que perderam cerca de 20% da verba em relação ao segundo semestre de 2020, porque não ofereceram, por causa da pandemia, disciplinas de laboratório. Disse que se a pandemia continuasse, talvez precisassem reunir a Comissão PED e fazer alguma reavaliação daquele algoritmo de tal forma que previsse aquele tipo de comportamento. A Sra. Presidente disse que sobre a reclamação do professor sobre a prorrogação da integralização, que acreditava ser uma excepcionalidade da exceção, porque não tiveram nenhum relato de reclamação sobre a prorrogação do prazo. Disse que a impressão era que o professor tinha algum modus operandi com os seus alunos que talvez não se adequasse à prorrogação do prazo, mas era inevitável que ela ocorresse, dado todas as colocações que já foram postas pelos alunos e professores, então via que aquela reclamação era uma grande excepcionalidade. Disse que esperava que o docente se adequasse um pouco ao modus da universidade de tratar a pandemia. Sobre o CNPq, disse que entendeu que ele não teve acesso ao número de bolsas que foram concedidas, mas que era possível. Disse que somente os coordenadores tinham acesso pelo sistema e que a PRPG iria solicitar aos coordenadores gerais que relatassem aquele número, porque a PRPG não tinha acesso e gostaria de saber a quantidade de bolsas recebidas pela Unicamp, naquele edital, para colocar no Anuário que estava sendo elaborado. Sobre a conta do Banco do Brasil, pediu que entrasse em contato com a Sra. Marli, que estava se colocando à disposição, mas achava que era procedimento do Banco do Brasil encerrar a conta, em caso de não movimentação. Perguntou à Sra. Juliana quem era o próximo inscrito. A Sra. Juliana Cristina Barandão respondeu que era o Prof. Orlando. O conselheiro Prof. Orlando Luis Goulart Peres disse que já que tinha sido levantada a questão do PED, que iria falar de uma experiência que tiveram no Instituto de Física. Como na última seleção do programa PED tiveram menos alunos do que vagas disponíveis, disse que se reuniu com o Coordenador de Graduação e a Associação de Pós-Graduando da Física, e dentre muitos assuntos discutidos, um dos pontos trazidos pela associação de pós-graduando era que os alunos estavam muito inseguros sobre como fazer o programa PED na pandemia. Disse que fizeram uma reunião com os alunos, com a ajuda da

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

associação, tirando todas as dúvidas dos alunos e, após, o número de alunos inscritos saltou de quarenta e dois para setenta e sete, que era um número mais do que suficiente. Disse que um bom caminho seria conversar com o respectivo coordenador de graduação e talvez com a associação de pós-graduação, porque eles tinham uma fácil comunicação com os alunos. Comentou que as dúvidas trazidas foram, como seria aquilo, porque ainda não tinha se inscrito no seu curso ainda, e que explicaram todo o processo, que teriam que se inscrever naquele momento porque não havia possibilidade de inscrição a posteriori. E que houve demandas dos alunos e uma delas, que nunca pensaram, foi a solicitação de uma mesa digitalizadora, que estavam analisando a possibilidade de compra para acesso dos alunos. Disse que foi uma conversa muito boa e que consequiram que aumentasse a participação dos alunos. A Sra. Presidente agradeceu o relato do Prof. Orlando e passou a palavra para a profa. Cláudia. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli cumprimentou os presentes e disse que gostaria de trazer novamente um assunto que considerava importante, que trouxe no início do seu mandato para o plenário, que era a respeito dos pós-docs. Disse que acreditava não ser um assunto importante somente para a FCM, mas para toda a universidade. Comentou que a Unicamp tinha uma das regras para pós-doc mais rígida dentre as três universidades estaduais paulistas, que não permitia o pós-doc voluntário. Na época, discutiram e o que foi falado era que a pessoa deveria fazer um contrato de pesquisador voluntário. Disse que achava aquilo pouco adequado porque o pesquisador perdia e ficava desinteressante para ele o contrato de pesquisador colaborador e não fizesse um pós-doc que teria um valor no seu currículo. Não se lembrava do número da Resolução CONSU, mas ela dizia que o pós-doc tinha que ter um financiamento, e a interpretação era que o financiamento seria bolsa, não era financiamento do supervisor e ele teria que ter dedicação exclusiva. Aquilo já limitava alguns pós-doc que tinham trabalho e que tivessem interesse em fazer pesquisa, vinte horas de pesquisas semanais. Disse que achava que era um assunto que seria importante ser discutido pelo plenário, que levassem adiante, porque entendia que perdiam muito pós-doc para as outras universidades e deixavam de atrair jovens pesquisadores com potencial para a Unicamp. Outro ponto, era que falava para oferecer ao interessado o contrato de pesquisador colaborador, mas não levavam em consideração que quem perdia era o supervisor. Disse que tinham muitos docentes que estavam no início de carreira e não consequiam pedir bolsa de pós-doc. Sabiam que as bolsas de pós-doc eram bastante rigorosas e quando falavam do ingresso para as pessoas na universidade somente com bolsa, já começavam a limitar também dentre os docentes aqueles que iriam ter os pós-docs. No seu entendimento, havia um prejuízo também para os supervisores e sabiam que em muitos projetos, até mesmo para requerer bolsas do CNPq,

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

bolsas de produtividade, era levado em consideração se o supervisor já teve um pós-doc. Disse que gostaria de trazer naquele momento como um preâmbulo, mas que pudessem pautar aquele assunto em breve e levar adiante para chegar até o CONSU. Comentou que na época fez um documento com anexo mostrando como eram os regimentos nas três universidades para o programa de pós-doutorado, entregou na PRDU e teve como resposta que não dava para fazer de maneira diferente. Disse que gostaria que o assunto pudesse ser apreciado em tempo oportuno, porque achava que estavam perdendo muitos jovens talentos de estarem na Unicamp desenvolvendo pesquisas por aquela inflexibilidade no regimento do pós-doutorado. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu à Profa. Cláudia e disse que, particularmente, acompanhava aquela preocupação. Achava que havia uma certa rigidez. Sabiam que, em alguma medida, buscou-se fazer uma regulamentação mais bem definida e detalhada dos pesquisadores colaboradores e a inclusão do pós-doc foi em parte porque aquilo refletia, se não estivesse equivocada, se lembrando de reuniões bem anteriores do CONSU em que participava como membro, que deveu-se ao fato de que muitos pós-docs estavam tendo atuações didáticas e aquilo poderia gerar problemas trabalhistas, então definiu-se que o pósdoc seria aquele financiado com bolsa para que a Unicamp se preservasse de alguns problemas, mas que a Universidade se preocupava em se preservar com tantas questões que, às vezes, se esquecia que ela perdia em algumas dimensões, como aquela apontada pela Profa. Cláudia. Disse que valeria discutir novamente e perguntou se a Profa. Cláudia se poderia encaminhar a documentação enviada, anteriormente, à PRDU, para que iniciassem aquela discussão. Precisavam discutir novamente, mesmo levando em conta os problemas que foram colocados para a criação da resolução, mas que valeria aperfeiçoar, não perdendo a dimensão apontada pela Profa. Cláudia, porque, no caso dos supervisores, concordava que era uma perda grande, não dava para colocar que o docente supervisionava um pesquisador colaborador. Não era sobre aquilo que se tratava e as agências não prestavam muita atenção naquilo, exatamente, e achava que saiam perdendo. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu que encaminharia e agradeceu o espaço. A Sra. Presidente disse que começariam a discussão na CCPG e passou a palavra para a Profa. Rosângela. A Sra. Juliana Cristina Barandão informou que a Profa. Rosângela abaixou a mão e que a próxima inscrita seria a Profa. Cecília. A Sra. Presidente perguntou à Profa. Rosângela se ela desistiu da fala. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini** respondeu afirmativamente, disse que era um assunto bem particular. A Sra. Presidente disse que na sequência ela poderia falar e passou a palavra para a Profa. Cecília. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira cumprimentou os presentes e disse que gostaria de comentar rapidamente com a Profa. Cláudia, porque

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

achava que eram duas coisas diferentes. Citou como exemplo, que já teve um pós-doc que foi inscrito como sendo um pesquisador colaborador do seu instituto e ele não estava regularmente matriculado no PPPD. Uma coisa seria ter o PPPD que recebia uma bolsa e seria um pós-doc que ficaria o tempo ali dentro, e tinha uma série de coisas. Aquilo não impedia que ela tivesse um pós-doc que fosse part-time. No caso do seu aluno, ele era professor numa outra instituição e não iria ganhar bolsa. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu à Profa. Cecília que era aquilo que não podia. Disse que entendia a diferença e que tinham o pesquisador colaborador, mas para ele ser matriculado no PPPD, que era o Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado, ele teria de ter dedicação exclusiva e uma bolsa, senão ele não era reconhecido, dentro da instituição, como um pós-doc, se ele não estivesse vinculado ao programa e, para estar no programa ele teria que cumprir aqueles requisitos da Resolução CONSU, e era daguilo que estavam falando. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira respondeu que entendeu e explicou que no seu instituto o que era o pesquisador colaborador levava o nome da Unicamp, e estaria atrelado ao orientador e tudo naquela documentação. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli disse que ele não tinha orientador. A Sra. Presidente confirmou que ele não tinha orientador. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira respondeu que nunca achou que aquilo fosse um impedimento. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli reafirmou que ele não tinha orientador, que ele era um pesquisador. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira respondeu que no seu instituto tinham o supervisor e tinha um projeto que era amarrado, que documentavam todas as coisas e se alguém quisesse comprovação conseguiam fornecer. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu que não era oficial. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira respondeu que estava no Regimento da Unicamp. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu que poderia estar terrivelmente enganada, mas uma coisa era o pesquisador colaborador que tinha um contrato, via DGRH, assim como o pós-doc, que era um outro tipo de contrato e para aquele último ser firmado, ele teria de cumprir a Resolução CONSU, ter dedicação exclusiva e uma bolsa. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira comentou que na sua unidade procediam daquela forma, que durante dez anos atuou como Coordenadora de C.A. emitindo os pareceres. Explicou que todos os pedidos que passavam no IC eram regulamentados, que iam como pesquisador colaborador porque o pósdoc, na verdade, também não era um título, ele era amarrado a um supervisor. Inclusive era meio contraditório. Os alunos de pós-doc gostavam de ser o pesquisador colaborador oficial. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli disse que achava importante comentar, que eram importantes visões, mas achava que um aspecto era o pós-doc falar que tinha um

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

contrato de pesquisador colaborador voluntário com a Unicamp, e como mencionado pela Profa. Rachel, protegia a instituição. No entanto, do ponto de vista de supervisor, o pesquisador colaborador não tinha supervisor, ele era um profissional que estava fazendo contrato com a Unicamp. O pós-doc necessitava de um supervisor e aquilo trazia um benefício também para a universidade, que esqueciam daquele lado, que precisavam ter pós-doc, que era um plus no currículo e que permitia, muitas vezes, competir e ter uma boa pontuação perante as agências de fomento, inclusive para bolsas de PQ. Disse que aquilo não foi levado em consideração. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira comentou que seu aluno estava listado como seu pós-doc. Disse que o funcionário do IE achava que todo pós-doc tinha que ser um PPPD e que ela explicou que não, seria aquele rigor se quisesse fazer o controle da bolsa. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu que achava ser um outro bom assunto para discutirem. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira comentou que aquele era o seu entendimento e que no seu instituto o pesquisador colaborador tinha de ter um supervisor, se ele não estivesse atrelado a um docente não poderia ser pesquisador. Ele tinha um projeto de pesquisa e a cada dois anos precisava ser renovado. A Câmara de pesquisa e a C.A., que assessoravam a congregação da unidade, seguiam aquela norma. Disse que talvez pudessem estar errados. A Sra. Presidente disse que precisavam discutir o tema, que aquela conversa mostrava que tinham pouca ou não total clareza do que a regulamentação da universidade. Disse que sua sugestão seria trazer para a CCPG a discussão, que encaminharia a preocupação da Profa. Cláudia de alteração da resolução, fosse para mantê-la, dependendo das argumentações, mas que pudessem discutir e tirar as dúvidas. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira comentou que fazia um tempo que deixou de ser a presidente da coordenação e não tinha decorado naquele momento o Regimento da Unicamp, porque, inclusive, tinha aquela prática antes de aparecer o programa, era a forma como documentavam os pós-docs e eles eram vinculados na Unicamp via pesquisador colaborador. Disse que aquela tinha sido a sua experiência. Agradeceu. A Sra. Presidente disse que poderiam, de fato, tocar aquela discussão que ainda era pouco clara em alguns aspectos. Disse que iria reforçar à Profa. Cláudia que encaminhasse os documentos apresentados, que fariam uma análise comparativa com a regulamentação da Unicamp e trariam para a CCPG para sugerirem mudanças ou aperfeiçoamentos. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu afirmativamente e agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu às Profas. Cláudia e Cecília, e passou a palavra para o Prof. Sávio. O conselheiro Prof. Savio Souza Venâncio Vianna cumprimentou os presentes e disse que gostaria de voltar na questão do CNPq, em que os colegas estavam perguntando sobre o acesso, que

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15 16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

tinha uma particularidade que talvez passasse despercebido, que o CNPq estava fazendo a comunicação via e-mail do pesquisador CNPq. Disse que naquele e-mail falaram quantas bolsas foram potencialmente indicadas para o programa, mesmo naquele resultado preliminar, e alternativamente, poderia entrar na sua conta da plataforma. Disse que estava pontuando porque foi um problema que teve na outra chamada, que era na conta pessoal e não pela conta de coordenador. Comentou que era horrível a comunicação vir por aquele e-mail do CNPq, que existia uma opção de redirecionar, mas até onde sabia, ela não estava funcionando. A Sra. Presidente confirmou que não estava funcionando, que também tentou fazer. Disse que teriam que acessar pelo e-mail do pesquisador do CNPq. O conselheiro Prof. Savio Souza Venâncio Vianna comentou que colocou um lembrete para toda semana acessar aquele e-mail para ver se não tinha nenhuma surpresinha, porque poderiam vir outras coisas por ali. A Sra. Presidente agradeceu e enfatizou que a PRPG não tinha acesso aos dados e que iria pedir aos coordenadores que enviassem o número de bolsas concedidas para fazerem a sistematização das informações. Passou a palavra para a Profa. Rosângela. A conselheira Profa. Rosângela Ballini agradeceu e disse que era uma questão que talvez precisasse da ajuda do Sr. Fernandy, porque um aluno que era PED naquele semestre, um aluno do mestrado, ele e o professor responsável pelo estágio não estavam conseguindo fazer o relatório que tinha de ser entregue até o dia 12. Comentou que aparecia uma mensagem para o aluno que o acesso no sistema para fazer o relatório era somente para alunos de pósgraduação, ou seja, como se ele não fosse aluno de pós-graduação. Disse que ele era aluno regularmente matriculado no mestrado, mas, por algum motivo, estava com problema. Disse que era um problema específico com aquele aluno. A Sra. Presidente respondeu que o Sr. Fernandy se ausentou naquele momento da reunião e que depois responderia, mas achava que era algum problema com aquele aluno mesmo, porque não tiveram nenhuma reclamação naquele sentido. A conselheira Profa. Rosângela Ballini respondeu que encaminhou um email específico sobre o aluno e que depois conversaria novamente. Agradeceu. A Sra. Presidente disse que iria passar para os informes do Expediente. Sobre o PED já tinham resolvido e iria iniciar com o acompanhamento das atividades remotas da pós-graduação. Comentou que na reunião de pré-pauta surgiu uma preocupação com o futuro daquela dinâmica, que achava que talvez fosse o caso de começar uma discussão de como os programas de pós-graduação e as disciplinas estavam procedendo com relação à manutenção ou continuidade daquelas práticas. Disse que poderia estar antecipando um procedimento, comportamento ou tendência, mas estava no suposto de que muitos programas ou muitas disciplinas talvez mantivessem aquela dinâmica remota, mesmo quando já tivessem uma

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

dinâmica de pandemia controlada. Era uma suposição e que ainda não tinha nenhum dado concreto. Disse que tinham dificuldades nas disciplinas que tinham atividades práticas, que estavam acompanhando, mas, em boa medida, estavam se adequando e a preocupação, de fato, era em que medida aquilo iria se manter, porque, via como um risco, não sabia se compartilhavam, que tornassem o ensino presencial uma coisa mais corriqueira. Era como se a atividade remota ou o ensino passasse a ser uma dinâmica dominante para a universidade. Disse que não tinha juízo de valor se era bom ou mau, mas uma preocupação. Perguntou se não estavam correndo o risco de a atividade didática mudar a sua natureza presencial e virar. dominantemente, semipresencial, porque já constava nas regulamentações da universidade, não tinha nada de equivocado ou errado naquilo. No regimento constava que os cursos poderiam ser semipresenciais, só que eles ficaram dominantemente remotos e, talvez, ficassem dominantemente semipresenciais. Disse que estava querendo instalar aquela discussão, mas não precisava ser naquela reunião. Achava que teriam que voltar para as unidades, conversar com os colegas e ver um pouco como estava a disposição de manter aquele formato de ensino ou se odiaram aquela dinâmica e não viam a hora de voltar para a sala de aula física. Era como se estivessem instalando uma discussão, não sabia como os coordenadores viam a questão, mas gostaria de tratar do assunto com uma preocupação maior, porque, de fato, poderia ser um problema. Perguntou se alguém gostaria de se manifestar. A Sra. Juliana Cristina Barandão informou que o Prof. Marcelo era o próximo inscrito. O conselheiro Prof. Marcelo El Khouri Buzato cumprimentou os presentes e disse que compartilhava totalmente da preocupação da Profa. Rachel. Disse que, por outro lado, tinha a questão de que muitos alunos se adaptaram bem e que tinha uma situação no seu programa que o deixava em dúvida, que no processo seletivo, pela primeira vez, tiveram inscritos de todos os estados do Brasil, e que muita gente não teria condição de estar no programa se tivessem de estar morando em Campinas. Concordou que não deveria ser normal, corriqueiro, muito menos a norma, que achava ser um precedente muito perigoso, mas que alguma medida de flexibilização talvez fosse interessante que os programas pudessem ter, nem que fosse para as disciplinas especiais ou para turmas com alunos que eram de muito longe e ainda não tinham bolsa. Talvez valesse a pena pensar numa certa flexibilização no regime presencial quando aquilo fosse uma vantagem para o programa. Disse que a sua opinião pessoal, era que apesar de estudar tecnologia, odiava e não via a hora de voltar para a sala de aula, mas achava que houve algum ganho com uma certa flexibilização que talvez valesse à pena manter de forma bem controlada e bem objetiva em favor dos programas. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para a Profa. Bárbara. A

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro disse que também seguia a preocupação e não achava que estava se adiantando nem um pouco, que tinham que começar a pensar naquele protocolo da volta. Comentou que talvez tivessem algum retorno híbrido no início do semestre seguinte. Achava que precisariam ter um fórum para debater e pensar as regras novas. Disse que o modelo híbrido, não no sentido de incorporar o ensino semipresencial, não era daquilo que se tratava, mas, de repente, de fazer um levantamento nas unidades do tipo de atividades que estavam sendo melhores ou piores avaliadas no contexto do ensino remoto, porque, enfim, julgava, assim como o Prof. Marcelo, que tiveram uma atracão melhor em termos de abrangência do território nacional, do número de inscritos nas seleções de mestrado e doutorado dos programas. Teriam que fazer um estudo mais detalhado, mas a percepção geral foi aquela. Disse que achava que mais do que o ingresso, sentia que os eventos tinham tido presença massiva. Por mais que retomassem as atividades de realizar conferências, fóruns, mesas redondas em auditório, achava que deveriam começar a pensar em como equipar a Universidade para promover uma transmissão on-line, por exemplo, com melhor qualidade, ao vivo, para que aquela audiência não fosse perdida. Aquilo seria muito bom para a Unicamp e para os programas. Caberia pensarem, talvez junto até com canais da assessoria de imprensa, como que poderiam promover melhor aqueles eventos que estavam sendo realizado on-line e tão bem-sucedidos. Disse que iria relatar, não sabia se tinha acontecido nas outras unidades, mas imaginava que sim, com o volume de inscrições para alunos especiais nas disciplinas. Naquele semestre foi especialmente trabalhoso de fazer a seleção, porque receberam uma enxurrada de inscrições de alunos especiais de todo território nacional, de todos os tipos de cursos, enfim, era claro que não conseguiam acolher todo mundo, mesmo que fosse no trabalho à distância por conta das especificidades do tipo de debate e discussão que cada disciplina comportava, mas, de toda maneira, aquilo sinalizava para o interesse tanto pelos cursos que ofereciam, as disciplinas, quanto pela Unicamp em geral. Era uma questão que merecia ser valorizada, pensar um pouco em como aproveitar aquilo, que estava com uma cabeça que parecia muito de marqueteira, mas a questão era pensar como poderiam aproveitar para promover a marca Unicamp. Disse que precisariam o fazer com muito cuidado, que assim como o Prof. Marcelo estava desesperada para voltar para o presencial, porque tinham coisas que realmente perdia muito no remoto, mas achava que poderiam pensar na questão da transmissão ao vivo, com qualidade, e achava que não eram todas as unidades que conseguiam fazer a transmissão para todos os eventos, com a qualidade que eles mereciam. Disse que aquele era o seu comentário, que achava que poderiam pensar num espaço para construir e sistematizar aquelas ideias. A Sra. Presidente agradeceu à Profa.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

Bárbara e passou a palavra para a Profa. Maria Claudia. A Profa. Maria Claudia Alves Guimarães se apresentou como Coordenadora do Programa de Artes da Cena, informando que estava substituindo o Prof. Pedro, coordenador do IA. Disse que também perceberam aquilo no Instituto de Artes, estavam ressentindo muito a questão da falta do presencial, da exigência de estarem trabalhando remotamente, mas achava que ainda toda a universidade, toda pesquisa no Brasil estava se ressentindo bastante dos cortes de bolsas de investimento. Disse que mais ainda na área de Artes, que sofriam muito mais com os cortes e muito alunos também comecaram a ressentir ainda mais financeiramente porque não estavam mais conseguindo trabalhar artisticamente, não tinham bolsa e não tinham trabalho. A questão remota ajudava muitos alunos que estavam nas suas cidades e sem bolsas, com aquelas condições todas. Disse que achava estarem numa sinuca muito grande de como precisavam da presença para desenvolver melhor as pesquisas e, ao mesmo tempo, a questão socioeconômica estava pesando bastante. Disse que ressentiram também na questão do PED porque estavam tentando equilibrar muito as bolsas de todas as formas para ver se conseguiam garantir a permanência dos pós-graduando na área de Artes. Quanto à parte remota, disse que gostaria também de fazer um pouco de marketing. Relatou que fizeram um congresso da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (ABRACE), com transmissão on-line e participação de mais de mil e quinhentas pessoas na abertura e algumas palestras que ainda estavam abertas no YouTube já estava com mais ou menos três mil acessos. Realmente tinha um lado que estavam tendo ganhos e achava que aquela parte de eventos virtuais poderia ser bastante interessante que mantivessem ou, pelo menos, num formato híbrido. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para o Prof. Marcos. O conselheiro Prof. Marcos Junior Rider Flores disse que queria destacar duas coisas interessantes que aconteceram durante as aulas virtuais, a primeira, a redução de custos das defesas virtuais. A Faculdade de Engenharia Elétrica teve um grande ganho na redução de custos devidos a viagens, diárias, estadias, com as defesas virtuais e achava que deveria se manter, na sua opinião, porque era possível ter bancas de convidados nacionais e internacionais, ter a possibilidade de convidar professores de diferentes universidades e ter mais de dois professores externos, além da possibilidade de redução de custos. A segunda, o aumento de alunos especiais de diferentes partes do Brasil e alunos internacionais. Se gueriam que a Unicamp fosse uma universidade líder, não somente no Brasil, mas também mundial, teriam de abrir a caixinha e aceitar alunos internacionais, podendo começar com latinoamericanos, e aceitando alunos em aulas virtuais. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para a Profa. Cristiane. A conselheira Profa. Cristiane Machado

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

cumprimentou os presentes e disse que achava que era muito oportuna a provocação de instalação daquele debate nos programas, porque achava muito importante discutirem o que ganharam, como alguns colegas que a antecederam disseram. Especialmente na Faculdade de Educação, decidiram que o segundo semestre seria virtual, mais como uma prevenção da própria organização, não como uma definição do formato do programa. Disse que achava muito importante, nos ganhos, juntando tudo o que os colegas falaram, a oportunidade de professores convidados, principalmente internacionais, participarem das disciplinas da pósgraduação. Disse que conseguiram ter a participação de docentes externos, na Faculdade de Educação, com bastante tranquilidade porque os professores e professoras podiam falar do lugar que estavam, achava que aquilo era mais um ganho, mas também achava importante debaterem o que se perdia. Disse que discutiram muito nas aulas de pós-graduação e que achava que o debate também precisava lançar luz naquela questão porque a possibilidade de reflexão coletiva, de levantar questões de pesquisas que ainda não foram debatidas no grupo, tudo aquilo era muito importante no trabalho presencial. Precisavam também pesar as perdas que tinham com as atividades virtuais, embora reconhecessem muitos ganhos. A Sra. Presidente agradeceu a Profa. Cristiane e passou a palavra para a Profa. Bárbara. A conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro disse que gostaria de fazer um adendo, acompanhando o Prof. Marcos sobre a questão dos custos das bancas, queria também propor que discutissem em algum momento a questão dos recursos das rubricas da CAPES. Disse que estava propondo, porque tinham um empenho, e imaginava que era coletivo dos PPGs, de uma parcela significativa dos recursos da CAPES para o pagamento de passagens e diárias dos convidados das bancas e para a participação de alunos e professores em eventos nacionais e internacionais. Disse que no período da pandemia começaram a ter de fazer um esforço criativo para reorganizar o uso daqueles recursos. Na sua unidade, tinha tido uma dificuldade adicional, porque o que gostariam de fazer com os recursos, a CAPES não tinha autorizado, que era financiar a publicação de livros. Disse que poderiam construir uma conversa sobre a possibilidade de alteração de algumas rubricas e possibilidade de financiamento de itens que antes da pandemia não autorizava, mas que, naquele momento, seriam fundamentais, já que poderiam fazer aquele rearranjo dos recursos que acabavam sobrando. Para o IFCH, a publicação de livros era fundamental e central para a circulação de produção e estavam recebendo respostas negativas dos técnicos da CAPES para autorizar aquele financiamento. Disse que gostaria de deixar aquela discussão pendurada na agenda, que seria fundamental que pudessem construir aquela conversa com a CAPES em algum momento, para tornar aqueles recursos que eram tão escassos, proveitosos para cada um dos

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

programas e para as suas especificidades. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para o Prof. Mauro. O conselheiro Prof. Mauro Cardoso Simões disse que achava uma das discussões muito importante que tivessem início naquele momento, observar que as unidades estavam já pensando no cenário do próximo ano. Disse que pensava em iniciar aquela conversa no âmbito da FCA, mas acreditava que estava atravessando a discussão e partir daquela discussão na CCPG achava que tornava mais tranquilo para fazerem uma avaliação daquilo que tinha ocorrido nas disciplinas de 2020 até aquele momento. Comentou que no mestrado interdisciplinar, ofertaram, naquele semestre, uma disciplina em parceria com a UFPR, com alunos das duas universidades, e no semestre seguinte, iriam ofertar uma disciplina concentrada com um professor da Universidade de Barcelona, o que no cenário presencial, seria bastante difícil. Disse que ainda não estava fazendo uma avaliação no sentido positivo ou negativo, que achava que até por ser da área da Filosofia, o conceito de presença precisaria ser redefinido, requalificado nos próximos meses. Disse que gostava bastante que aquela discussão tivesse início. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu ao Prof. Mauro. Disse que achava que a provocação da discussão foi boa. Via ganhos óbvios com relação ao que aquela atividade remota possibilitou e tomava como exemplo o seu próprio programa. Comentou que nas duas turmas que deu aula para os alunos iniciantes, do mestrado, uma no ano anterior e uma naquele ano, como houve a redução de bolsas, vários alunos não teriam condições de participar, de se manterem no programa. Por um lado, foi um benefício, entre aspas, porque nada daguilo era benefício, mas foi uma possibilidade importante de adequação ou de acolhimento dos alunos. Disse que também acompanhava a percepção de que tiveram ganhos para ter seminários internacionais e participantes internacionais nas bancas. Disse que ela própria fez bancas com colegas de outros países, não necessariamente os próximos que daria para trazer, que às vezes achavam que poderia ser mais fácil trazer alguém do Uruquai ou da Argentina que estavam ali do lado, mas não, conseguiram fazer bancas com pessoas de lugares bem mais distantes, tudo aquilo a custo zero. O custo foi, de fato, um ganho da relação acadêmica, mas, por outro lado, também tinha uma discussão importante que seria incluída naquele fórum, que era a relação entre universidade pública e universidade aberta. Disse que para ela aquela discussão ainda não era tão madura, do que era uma universidade pública e o que era uma universidade aberta. Disse que os eventos tinham três mil inscritos e achava fantástico que conseguissem fazer aquele tipo de atração, mas era aquele limite que era algoque talvez devessem começar a discutir para amadurecer, o que era uma universidade pública que devesse acolher e o que era a universidade aberta que acolhia tudo. Disse que, naquele caso, a preocupação grande era com as atividades didáticas. Tinham um número enorme de

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16 17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

alunos interessados em serem alunos especiais e o que fariam. O recurso remoto também não dava conta de se colocar trinta e cinco alunos especiais numa sala de aula virtual, então, achava que teriam de começar a discutir aquilo. A sua sugestão era que os coordenadores levassem a discussão para as unidades, num primeiro momento, para terem um retorno nas próximas reuniões da CCPG para montarem um fórum organizado de discussão sobre o tema, mas primeiro fazer aquele levantamento de como os colegas que estavam ministrando disciplinas, os coordenadores de programas estavam vendo aquele tema, para terem uma ideia daquela questão na universidade. Disse que poderiam marcar uma reunião um pouquinho mais voltada para aquele ponto, como item de pauta. Poderiam fazer um fórum de discussão depois, até mais organizado, mas achava que antes teriam de ter aquele levantamento entre os programas. Perguntou se alguém teria alguma manifestação sobre o assunto. Não havendo, passou para o item seguinte, internacionalização que, em parte, tocava naquele assunto. Disse que tiveram uma reunião com a Diretora de Relação Internacional porque a preocupação deles também era na direção de incrementar o espaço da universidade na comunidade internacional e aquele incremento se daria na Unicamp por algumas direções. Uma delas era exatamente que o Professor Marcos mencionou, que era de acolher os alunos estrangeiros. Em geral, tinham seleções especiais de alunos estrangeiros, mas eram aqueles que solicitavam bolsas para CAPES ou que tinham financiamentos próprios, enfim, nunca era algo muito intenso porque dependiam do financiamento e da disponibilidade de bolsas. Disse que talvez fosse uma boa forma de incrementar aquele espaço. Por outro lado, disse que aquilo também implicaria algo que seria terem aulas acessíveis, porque alunos da região latino-americanos, e do México para baixo, conseguiriam ter uma série de interesses importantes, mas não conseguiriam fazer aquele acolhimento também com alunos de língua inglesa ou de outros idiomas. Disse que uma das preocupações da DERI, e que iria apresentar naquela reunião uma sistematização do levantamento feito pela Sra. Juliana, era incrementar oferecimento de disciplinas em inglês. Em 2019, a universidade ofereceu setenta e oito disciplinas em inglês nos programas de pós-graduação, em 2020, foram cinquenta e duas, em 2021, foram dezessete. Comentou que havia uma queda na oferta de disciplinas de inglês ao longo do tempo e que algumas unidades se dedicavam mais àquele tipo de atividades, dentre elas a FEA, FOP, FCM, FEQ, IE e IC, mas não era uma prática compartilhada por todas as unidades. Não sabia como os coordenadores viam aquilo, mas havia uma sugestão da DERI de ampliarem a oferta de cursos em inglês, fosse para, por um lado dar uma resposta como àquela mencionada pelo Prof. Marcos, da FEEC, de acolher alunos estrangeiros, fosse para estimular uma série de convênios, porque quando faziam disciplinas entravam em contato com

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16 17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

3031

32

33

outras instituições e abriam caminhos para implementação ou para abertura de novos acordos internacionais. Disse que outra coisa, que não tinham exatamente os dados, era que alguns anos atrás houve um treinamento de professores no exterior para que fossem, em seguida, ministradas na universidade disciplinas de inglês instrumental, de redação em inglês e cursos. Comentou que alguns continuavam ministrando as disciplinas e cursos, mas não tinham aquele dado de quantas unidades ainda mantinham àquela prática de ministrar disciplinas de inglês instrumental. Justificou que aquela era uma ferramenta básica para os alunos e para a produção realizadas nos programas. Disse que depois encaminharia uma solicitação aos coordenadores para que realizassem aquele levantamento. Disse que voltando ao tópico das disciplinas, iria passar a palavra para o Prof. Savio. O conselheiro Prof. Savio Souza Venâncio Vianna disse que era interessante a Profa. Rachel tocar naquele assunto, que em outras reuniões trouxe alguns pontos, e ter disciplina na sua unidade, ao seu modo de ver, não era o maior gargalo. O gargalo era que, infelizmente, a Unicamp não estava pronta para aquilo, e precisava mudar numa escala maior. Citou como exemplo que no ano anterior, na FEQ, ofereceram uma disciplina em inglês que teve 30% de alunos estrangeiros, com alunos da Europa, grande maioria dos Estados Unidos e vários da América Latina. O problema era que aqueles alunos entravam como estudante especial e precisavam fazer o cadastro na DAC, seguindo o trâmite, e o aluno simplesmente não conseguia navegar porque tudo era em português. Aquela era a primeira barreira e não sabia exatamente quais eram as dificuldades na DAC, que imaginava serem muitas, para que não já tivesse sido implementado o sistema em inglês. Disse que para o aluno estrangeiro, assim como para o professor, que tinham um professor estrangeiro credenciado como colaborador na pós-graduação, era difícil navegar no sistema. Comentou que aquele problema se estendia, que volta e meia ocorria na FEQ e achava que todas as unidades passavam, que era um paliativo que a Unicamp deu, que era o histórico em inglês, um template na página da Unicamp, o aluno acessava, traduzia e enviava para a coordenação, que tinha que assinar o documento e enviar, como o logo da Unicamp e sua assinatura. Comentou que tinham problemas, que pegavam muito erros de carga didática, horas aulas, créditos. Não sabia se os alunos o faziam de forma deliberada, mas criaram um protocolo de verificação na FEQ, porque poderia estar assinando um documento que não fosse verdadeiro. Disse que iria daquela questão de gerar um documento em inglês ao processo do aluno tramitar as informações no sistema. Outra questão que parecia um pouco desapercebida era a capacidade do corpo docente dar aulas em inglês. Disse que tinham colegas que navegavam bem na língua inglesa, que a grande maioria lia e escrevia bem, mas entrar numa sala de aula e ministrar uma aula em língua estrangeira era outra história. Teriam que pensar

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

em duas estratégias, a Universidade poderia viabilizar uma forma de o professor quebrar aquela barreira, porque não teria que ser o melhor inglês do mundo ou se preocupar com o sotaque, ele teria que passar o conhecimento e, obviamente, o professor poderia trabalhar aquilo, e nos novos concursos, começarem a pensar naquilo. Não queriam ter aquele ônus e, assim como exigiam na pós-graduação que o aluno tivesse um nível de inglês, e o nível não era baixo se seguissem o que a CAPES pedia, por exemplo, o professor não tinha aquele nível. Disse que ficava uma situação complicada e o professor também ficava acanhado, ele exigia do aluno, mas ele mesmo não tinha aquela capacidade. Disse que eram pontos muito delicados, mas eram importantes de serem tocados, que era a capacidade da Universidade, desde o ponto administrativo, fazer aquela linha final de produção, que era o docente entrar na sala de aula e ministrar uma disciplina em inglês. A outra questão era os novos ingressos. Perguntou se poderiam fazer no concurso de professores entrevista em inglês. Não precisariam colocar na prova, mas fazer uma conversa de cinco minutos com a pessoa para saber se ela sabia ou não falar inglês. Disse que tocaram num ponto importante, e nem fala de língua inglesa. Citou como exemplo que trabalhou um tempo na Noruega e, que por exemplo, Noruega, Dinamarca, e outros países, se eles fossem vender os cursos deles de graduação e pós-graduação na língua-mãe teriam problemas, porque quem iria aprender noruequês ou dinamarquês. A língua da ciência era a inglesa, então os cursos seriam ministrados em inglês. que tinham uma situação relativamente confortável, que achava que a internacionalização, particularmente era a sua opinião, deveria ser mais forte por uma questão social, uma questão de formação na América Latina, era muito mais fácil ajudarem ali do que ajudar os Estados Unidos e a Europa, se era que eles precisariam daquele tipo de ajuda. Na América do Sul, como já comentado, conseguiam se defender razoavelmente bem porque havia uma similaridade muito grande e o aluno, quando vinha à Unicamp, rapidamente pegava o idioma e as coisas funcionavam bem. Na questão do mundo, precisavam ter o domínio da língua inglesa, que iria desde a questão administrativa do aluno poder navegar no sistema, quanto à condição do docente estar à vontade para ministrar aula, porque tinha certeza de que tinha colegas na sua unidade que não estavam com o inglês afiado, mas tinha a proatividade. Disse que gostaria da preparação porque estava enferrujado e não tinha acesso à língua o tempo todo. E os novos, achava muito legal ter tocado no assunto de pensarem e olharem para uma autoavaliação da universidade, que tinha algumas deficiências. Enfatizou que não adiantava oferecer a disciplina em inglês e o aluno não conseguir acessar o sistema. Comentou que na disciplina de inverno que ofereceram, os alunos enviaram nome e e-mail para a CPG, e com a secretaria, entrou na DAC e fizeram o cadastro de todos os alunos, para

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

que no final eles pudessem ter a documentação que fizeram o curso, porque simplesmente os alunos estrangeiros não conseguiam, especialmente os americanos. Disse que todo mundo que fosse de língua inglesa, que não o entendesse mal, existia um conforto natural, porque, em tese, todo o resto do mundo falava inglês, então, eles tinham muita dificuldade de estudar outra língua. Aquele público ficava perdido e não conseguia preencher o sistema. Pediu que o não entendesse mal, era uma autocrítica, mas achava que era um problema que precisavam ver. Entendia que não devia ser fácil, porque do jeito que se falava em internacionalização, que era importante nos rankings, não terem a DAC e os outros processos em língua inglesa era porque não era fácil, mas teriam que transpor aquela barreira. Disse que iria falar como engenheiro, iriam colocar o problema na mesa e ver como resolver, nem que fizessem um cadastro mais simples ou iriam capacitar o pessoal da DAC. Estava soltando ideias que poderiam fazer, mas queria pontuar e talvez provocar para que pudessem pensar em como agir. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu ao Prof. Savio e disse que antes de passar a palavra à Profa. Cláudia, iria reagir um pouco às questões apontadas pelo Prof. Savio. Disse que foram colocadas pelo menos três ou quatro coisas diferentes, que achava que eram soluções diferentes. Uma delas era o sistema da DAC, de aperfeiçoamento do acesso àquelas ferramentas. Disse que ele tinha razão, precisavam dar conta de colocar as possibilidades para a DAC produzir aquele tipo de documento e os alunos acessarem os dados pelo sistema, enfim, teriam que aperfeiçoar o sistema. Comentou que poderia demorar um pouco, mas sabiam qual era a solução, alterar o sistema, e sabiam como fazê-lo. A outra coisa que mencionou foi sobre pensar a internacionalização como ajuda, que aquele foi o termo utilizado que a chamou a atenção, que poderiam ajudar os mais próximos, da América Latina, mas não teriam muito a oferecer para os outros lugares. Disse que estava pensando a internacionalização de outra maneira, como troca, pensando a internacionalização como intercâmbio, de professores, não sabia a porcentagem, mas já faziam bastante aquilo. Tinham bastante convênios e muitos colegas que circulavam para fora, que já faziam aquilo em alguma medida e gostariam de saber como poderiam potencializar aquela rede já construída ou ainda em construção, fosse nos programas de pós-graduação ou com mais intercâmbio. Disse que estava fazendo um pouco o papel da demanda própria da DERI e que iria convidá-los para virem à CCPG em algum momento fazer aquela exposição, mas era um pouco otimizar o que tinham, porque não se tratava somente de contribuírem para o aperfeiçoamento ou ajuda dos colegas latino-americanos que precisavam de um certo estímulo para muita coisa na ciência, mas de intercâmbio, de troca com outros lugares, outros países, dentre eles Inglaterra, França, Dinamarca e todos os demais. Disse que era pensar um pouco como otimizar o que já tinham dentro dos programas de pós-graduação.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

Outro ponto era sobre o preparo dos docentes, e disse que naquele momento não tinham intenção de falar para os professores que eles teriam que se perfeiçoar em inglês porque teriam que começar a dar aula em inglês. Disse que jamais falaria aquilo ou estimularia um movimento como aquele. Primeiro, porque o Prof. Savio tinha razão, que tinham várias pessoas que se davam bem lá fora, iam para congressos, falavam e escreviam bem, mas na hora de dar aula não funcionava da mesma forma, mas também tinham professores que não davam aula de inglês porque não queriam, por princípio, e aquilo era intransponível. As pessoas que por princípio não iriam dar aula em inglês na universidade era algo meio instransponível porque fazia parte de uma série de concepções sobre o que era uma universidade pública brasileira, de que quem vinha estudar na Unicamp deveria saber falar português. Disse que não teriam que entrar naquela seara das concepções, mas de mostrar o quanto era importante fazerem aquele tipo de acesso. Sobre os concursos públicos fazerem aquela exigência, respondeu que achava que não poderiam fazer porque a língua nacional era a Língua Portuguesa e não poderiam pedir que alguém falasse em inglês num concurso público para professor, legalmente falando. Disse que tinha ali uma série de limitações e, ao mesmo tempo, uma série de possibilidades que talvez não estivessem aproveitando. Comentou que a pandemia os tirou do eixo para muita coisa, não consequiam dar conta das iniciativas, conversas direta com as pessoas, mas a partir daquele momento poderiam ir naquela direção mencionada na fala do Prof. Savio, de otimizar o que tinham nos programas de pós-graduação. O conselheiro Prof. Savio Souza Venancio Vianna disse que gostaria de fazer um pequeno comentário. No que dizia a respeito à questão dos princípios para determinados docentes, disse que concordava com a Profa. Rachel, mas achava que teriam de facilitar àquele docente que estava enferrujado. Teria um docente que não queria, teria um que não sabia e teria um que estava enferrujado e gostaria da condição. Sobre a questão do concurso público, sabia que ficavam amarrados, mas estava errado porque se era uma universidade e exigiam do aluno um determinado grau de Língua Inglesa e com exceções, porque tinham as exceções na área de conhecimento, e citou como exemplo a Medicina, que para se comunicar com o mundo internacional a língua oficial era o inglês, como uma vez foi o francês, como outra vez foi o latim. Não tinha jeito, era um fato e, contra fatos, não havia argumento. Disse que eram uma universidade pública e tinha concurso público e era claro que ficavam amarrados naquela questão e em várias outras que atrapalhavam o desenvolvimento, quando queriam competir de igual para igual com universidades, principalmente no Primeiro Mundo, que tinham uma pegada completamente diferente. Comentou, como exemplo, que ainda julgavam professores pelas publicações em fator de impacto de jornal, o índice H, e tinha

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15 16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

uma série de coisas que ainda levavam e que no exterior já caíram há muito tempo. Nos Estados Unidos, um processo de seleção pedia para o docente mandar os três melhores trabalhos dele, de três a cinco, ou seja, havia uma normalização para que a coisa fosse mais justa. Se prendiam muito na questão do concurso público, por força da lei, mas era um absurdo. Não podiam deixar de pontuar se no programa de pós-graduação e na graduação o aluno teria de ter um nível de inglês, como que o docente e o funcionário não. Disse que se não estivesse equivocado, o concurso para funcionário da Unicamp exigia inglês, e para docente não. Perguntou se gostariam que aquele docente ministrasse aula em inglês. Disse que era uma provocação que gostaria de pensar. Desculpou-se por ter falado na frente da Profa. Claudia. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu que não havia problemas. Disse que o Prof. Savio levantou um ponto bastante importante, que a princípio achou periférico, mas na realidade era um assunto importante porque toda aquela parte burocrática acompanhava a internacionalização. Era um assunto nevrálgico não somente para a internacionalização, mas também para a formação dos alunos. Disse que apoiava aquela iniciativa, mas achava que ainda tinham muitas dificuldades inerentes aos processos que precisavam ser revistos. Comentou que algumas partes já estavam iniciando e citou como exemplo que até pouco tempo atrás era muito difícil colocarem um docente externo internacional para poder usufruir de alguns sistemas dentro da Unicamp, como o restaurante. Tinha um professor que sempre participava de cursos de verão e ele não se conformava que não conseguia usar o R.U. Comentou que havia recentemente uma deliberação que reconhecia, pela DGRH, os professores estrangeiros, e aquilo já era um avanco, mas precisavam avançar ainda mais. Disse que uma questão que já foi levantada algumas vezes era que não poderia ter disciplinas obrigatórias em inglês, apenas as optativas, e a solução que foi dada para as disciplinas obrigatórias era oferecer as duas, a versão em inglês e em português. Disse que só ali achava que valeria a discussão de como era feito de fato, como operacionalizava aquilo na prática, porque às vezes não ofereciam disciplinas obrigatórias em inglês, principalmente os programas nota 7, e que estava sendo cobrada na CPG, porque o pessoal não se conformava com a solução e pediam sempre que retomasse a discussão na CCPG, o que fez algumas vezes. Perguntou como poderiam operacionalizar já que, por lei, não podiam oferecer disciplinas obrigatórias em inglês, teria que oferecer também em português. Disse que se colocasse no papel as duas e depois só oferecesse em inglês, estaria indo contra. Era bastante oportuna aquela discussão e precisavam discutir desde a parte operacional, burocrática, acolhimento dos docentes e alunos, quando fosse da parte presencial. Comentou que no exterior sabiam que tinha vários programas de acolhimento

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

1415

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

quando um estrangeiro chegava, com escritório atendendo e perguntou como aquilo estava funcionando de fato na Unicamp. Disse que na FCM tinham um escritório de internacionalização que tentava fazer uma ponte com a Diretoria de Internacionalização, faziam eventos para os alunos falarem, alunos que saíram para o exterior, mas ainda faltava muito chão para fazerem algum trabalho melhor. Enfatizou que achava muito oportuna aquela conversa para alavancarem, de fato, a internacionalização na Unicamp. Achava que as duas coisas teriam que andar junto, aquilo que poderiam oferecer como docente, ensinando, mas também a parte burocrática e de acolhimento. Naquele sentido, apoiava boa parte da fala do Prof. Savio, que precisavam fazer o trabalho completo para realmente deslanchar. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu e antes de passar a palavra para o Prof. Marcos, passou a palavra para o Sr. Fernandy falar do sistema. O Sr. Fernandy Ewerardy de Souza respondeu ao Prof. Savio que não sabia o que tinha acontecido, mas já tinha disponível na DAC a inscrição de estudante especial na Língua Inglesa. Disse que se entrasse no site da DAC, no link Estude Aqui, tinha a parte nacional e internacional, para os candidatos fazerem a inscrição. Disse que para o histórico escolar ser emitido em inglês, naquele momento, tinham uma dificuldade muito grande, porque teriam que traduzir todas as disciplinas oferecidas pela Unicamp, não somente as ativas, as inativas também, porque a partir do momento que emitisse um histórico, teria que ter qualquer disciplina nas duas línguas. Disse que somente as disciplinas de 2019 para frente foram traduzidas, mas todas as disciplinas do passado precisavam ser traduzidas para poder emitir o documento em inglês. Comentou que o aluno especial também já tinha o certificado de estudos em inglês, então, qualquer aluno especial que cursasse disciplina na universidade tinha o documento em português ou inglês. A Sra. Presidente agradeceu ao Sr. Fernandy e comentou que não sabia que tinha o certificado de estudante especial em inglês, era uma boa informação. Disse que, em algum momento, teriam que desencadear um projeto para a tradução daquelas centenas de disciplinas, muito provavelmente, para dar conta do histórico escolar. Disse que o Prof. Marcos precisou se ausentar e passou a palavra para a Profa. Cecília. A conselheira Profa. Cecília Mary Ficher Rubira disse que gostaria de adicionar mais pontos à fala do Prof. Savio. Disse que um deles era o acordo de cotutela, que naquele momento, acontecia com o docente da universidade estrangeira, que era super produtivo, fazendo a tradução do acordo que veio da Bélgica porque houve uma mudança no Regimento da Unicamp, e a aluna traduzindo o documento, porque o professor era super ocupado e tinha um momento de coisas para fazer, e ela, como coordenadora, também não iria fazer aquela tradução, porque também não tinha tempo, então, era uma falta de apoio muito grande. Se a legislação brasileira não poderia ser mudada, na sua

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

1415

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

opinião, teriam que ter o suporte para que aquele processo ocorresse rapidamente. Na questão internacionalização, olhando a CAPES que tinham que fazer o relatório, era extremamente importante, mas não viam na Unicamp, métricas específicas de desempenho acadêmico na internacionalização. Disse que tinha que estar refletido no RAD, porque iriam ver os professores organizando aquele tipo de coisa. O programa do Instituto de Computação era nota 7 e se destacava em internacionalização entre os programas com aquele conceito em Ciência da Computação. Comentou que tinham um alto índice de dissertações e teses escritas em inglês era altíssimo. Aqueles documentos eram acessados e era um índice CAPES que era contado. No programa de pós-graduação do IC não existia o conceito de disciplina obrigatória no regulamento, nunca tiveram. O que tinham eram conjuntos de disciplinas em áreas e um indicativo dizendo quantos créditos deveriam ser realizados naquele conjunto. Comentou que tinha que justificar para a CAPES, que não entendia que não tinha disciplina obrigatória. Disse que vários docentes davam disciplinas em inglês, quando queriam, e que tinham uma porcentagem de alunos estrangeiros que se não tivessem docentes que dessem aula em inglês como aqueles alunos iriam concluir os créditos. Muitos vinham da Índia, China, não eram latino-americanos. Disse que concordava com aquela questão, que era extremamente importante, e que faltava muito suporte. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu à Profa. Cecília e passou a palavra para o Prof. João. O conselheiro Prof. João Batista Fogagnolo cumprimentou os presentes e disse que gostaria de apoiar a fala do Prof. Savio em alguns pontos, concordava com praticamente tudo o que ele falou. Disse que via que a questão de alguns professores terem dificuldades era correto e algo de mais longo prazo, porque era uma cultura que iria mudando. Com relação à DAC, disse que também assinava tradução de ementa e que tentava fazer a correção, a que conseguia, e que havia erros grosseiros que pegava, mas era difícil checar tudo, era uma limitação muito forte a questão de a DAC ainda não estar com os documentos em inglês. Disse que gostaria de deixar a pergunta, porque não era de tão longo prazo, era algo de médio ou curto prazo se tivesse uma equipe forte trabalhando naquilo. Disse que gostou também da fala da Profa. Cecília, se não estivesse equivocado, sobre métricas específicas. Disse que aquilo realmente poderia ser um empurrão para os docentes, culturalmente, irem se esforçando mais para dar algumas disciplinas em inglês. Disse que a internacionalização da Unicamp passava pela internacionalização da DERI. Comentou que lhe disseram que a CAPES, a área de Engenharia III, iria checar, especificamente, como que um aluno estrangeiro fazia a matrícula no curso de pós-graduação. Disse que mesmo a sua página tinha momentos que caia em português. Acreditava que a internacionalização da Unicamp passava também por uma questão de a Reitoria da Unicamp

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

1415

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

suportar mais aquela questão, aquelas atividades. Citou como exemplo que era também coordenador de Projeto Brafitec já há algum tempo, que era um projeto de graduação de duplo diploma com escolas francesas. Comentou que de quando começou a trabalhar no Brafitec para aquele momento, a DERI vinha definhando a cada ano, com aposentadoria de funcionários sem novas contratações, com os serviços cada vez mais reduzidos, o suporte que eles davam. Disse que precisavam de uma ajuda, de uma posição mais forte, não da CCPG, mas acima. Pediu à Profa. Rachel que levasse os questionamentos para a gestão. Perguntou o que a universidade tinha naquele momento para a DAC, que enquanto falava estava tentando consultar o site da DAC, que não conseguiu, tudo o que via estava em português. Agradeceu. O conselheiro Sr. Fernandy Ewerardy de Souza indicou para o Prof. João entrar no link Estude na Unicamp que tinha os tipos de aluno, para procurar estudante especial internacional que a página estaria toda em inglês. Informou à Profa. Rachel que fizeram um levantamento rápido e que para fazer o histórico escolar em inglês precisariam da tradução de treze mil disciplinas da graduação e dezesseis mil e duzentas disciplinas da pós-graduação. Cada coordenação teria que fazer a tradução da sua unidade e imaginava que seria um trabalho gigantesco também para as coordenações e não sabia quanto tempo demoraria. A Sra. Presidente disse que alquém comentou que talvez fosse de curto prazo, mas via como um projeto de médio à longo prazo. Disse que apoiava a fala da Profa. Cecília, que via com certa dificuldade de solução rápida, porque significaria a qualificação de funcionários, e no exemplo das cotutelas, seria muito difícil terem um apoio no campo dos quadros da PRPG para fazer aquela tradução dos documentos para encaminhamento. Disse que um dos caminhos era trazer a DERI para conversar e ver as possibilidades de trabalho conjunto. No sistema da DAC, existia uma maneira de resolver que não seria rápida e sem custos, mas teriam que encaminhar. As mudanças culturais dos professores era uma questão mais longa, porque se tratava de um processo de convencimento de que as atividades internacionais deveriam ser priorizadas frente às outras, ou, pelo menos naquele primeiro momento, priorizadas porque precisavam acontecer. Passou a palavra para a Profa. Maria Claudia. A Profa. Maria Claudia Alves Guimarães disse que gostaria de colocar a necessidade de qualificação, em vários âmbitos, que também sentiam na graduação e pós-graduação, com muitas deficiências no domínio da língua estrangeira, que cada vez mais estavam ingressando estudantes que vinham de uma realidade socioeconômica bem diferente e que sentiam a dificuldade de preparar melhor aquele aluno para uma escrita, que vinham com vários problemas, e até para os professores. Sobre a sugestão da Profa. Cecília de exigir mais no RAD, talvez fosse interesse ter mais acordos e estímulos para alguns professores fazerem um aperfeiçoamento

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

de língua estrangeira. Comentou que estudou cinco idiomas, mas tinha idiomas que gostaria de estudar. Talvez ter um estímulo para que o professor também fizesse alguns cursos de convênio com Cultura Inglesa, Aliança Francesa, mais cursos. Comentou que já viu alunos querendo estudar, que teve bolsista de graduação que demorou quatro semestres para conseguir ingressar num curso de inglês da Unicamp. Achava que deveriam tentar verificar aquelas necessidades também, para que houvesse, de fato, aquela mudança. A Sra. Presidente comentou que a Profa. Maria Claudia falou de questões de problemas antigos na Unicamp, como a formação dos alunos com curso de inglês. No final dos anos 80 houve uma reforma para várias unidades e os cursos de inglês saíram da grade obrigatória dos alunos de graduação e teve a fundação do CEL, Centro de Estudos de Línguas, que não deu conta. Disse que era um problema muito difícil de resolver rapidamente, que passava pela formação dos alunos em cursos de inglês, e poderia até ter outros idiomas, que havia no passado o francês também. Era uma questão muito antiga e que talvez tivessem que priorizar os alunos frente aos professores, porque não adiantava imaginar que os alunos chegavam na universidade com os cursos feitos, não era mais assim havia muito tempo. Por outro lado, achava que também era questão da qualificação dos servidores que trabalhavam diretamente com aquele tipo de atividade. Achava muito difícil de resolver rapidamente, mas era uma demanda que existia. Disse que teriam de ver com a DERI parcerias e, eventualmente, em soluções para os ajudarem naquele problema. Disse que gostaria de fazer um comentário sobre a questão da língua da ciência, porque era muito difícil também tratar aquilo na universidade, porque para algumas áreas a língua da ciência era o inglês, e era inquestionável, para outras, era o francês, o alemão, o italiano. Comentou que no caso das Ciências Humanas, a conversa era na América Latina. Disse que todos os apontamentos eram importantes e as discussões demorariam horas e que achava que tinham que começar do zero para algumas questões básicas e o seu zero era a DAC. Passou a palavra para a Profa. Bárbara. A Conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro agradeceu a Profa. Rachel e disse que gostaria de acrescentar uma dimensão na colaboração da Profa. Maria Claudia, que trabalharam juntas na CEPE um tempo. Disse que gostaria de destacar que o IFCH, antes da pandemia, quando o Prof. Michel Nicolau era Coordenador da Pós-Graduação, consequiu firmar com o CEL um convênio de extensão que depois não foi para a frente e que não conseguiram retomar aquela conversa na pandemia, mas que estavam tentando fazer aquele esforço e trazia para a CCPG, porque achava que poderia pensar naquela política geral para a pós-graduação da Unicamp, e não ser somente uma questão do IFCH. Comentou que os alunos cotistas tinham muito mais dificuldades com línguas do que os alunos não cotistas, que

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

2021

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

tinham as cotas de PPI na pós-graduação, e que conseguiram um desconto para os cursos de extensão para os alunos cotistas. Disse que poderiam promover aquele tipo de debate com o CEL e com os cursos de extensão, pelo menos para uma parcela dos alunos cotistas, talvez os que não fossem bolsistas ou que tivessem maiores dificuldades socioeconômicas, para que conseguissem promover melhor aquele ensino da aprendizagem em inglês, com as ferramentas que a Unicamp já tinha disponível. Os cursos de extensão eram mais possíveis de os alunos se matricularem, justamente porque eram pagos, ao contrário dos cursos de inglês instrumental em que os alunos tentavam se matricular. Disse que muitos alunos do IFCH realizaram os cursos de extensão do CEL e que poderiam promover um acordo mais coletivo, que tivesse uma institucionalidade para os alunos cotistas ou com problemas socioeconômicos da pós-graduação, para que conseguissem ter as mesmas oportunidades que os outros estudantes, por exemplo, na disputa de bolsas internacionais, já que a CAPES e os outros editais exigiam exames de proficiência, e sem uma boa formação era muito difícil conseguir, falando do inglês, mas tinham outras línguas. Disse que era só um adendo e uma sugestão, que depois poderia encaminhar para a PRPG toda a documentação de troca de e-mails que fizeram com o CEL. Agradeceu. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para o Prof. Savio. O conselheiro Prof. Savio Souza Venancio Vianna disse que era uma dúvida no caminho indicado pelo Sr. Fernandy sobre a página em inglês para o estudante especial estrangeiro. Disse que não achou o formulário em inglês, que achou uma página que levava para um tutorial que tentava traduzir o que estava no site. O Sr. Fernandy Ewerardy de Souza respondeu que aquele era o tutorial que tinham feito anteriormente. Explicou que o professor deveria entrar no link Estude na Unicamp, que teria a opção de intercâmbio internacional, inscreva-se aqui. Disse que toda a parte da inscrição já estava em inglês. O conselheiro Prof. Savio Souza Venancio Vianna disse que faria um comentário, que parecia ser bobo, mas até para um aluno estrangeiro chegar ali era difícil. O Sr. Fernandy Ewerardy de Souza concordou, disse que desde o início teria que estar em inglês. O conselheiro Prof. Savio Souza Venancio Vianna disse que até chegar naquele item, estava tudo em português. Sugeriu colocar Apply here, ou algo do tipo, logo na primeira página. Disse que já era um bom começo e parabenizou a DAC. Disse que reconhecia que era muito trabalho, mas que estava mais com o Prof. João, da Engenharia Mecânica, que o trabalho era longo, que poderiam fazer uma força-tarefa e, de repente, envolver as CPGs para ajudar naquela tradução das disciplinas, porque aquele negócio precisava ser mais ligeiro, não poderia ser a longo prazo. Agradeceu ao Sr. Fernandy e à Profa. Rachel. A Sra. Presidente disse que poderiam começar por trazer a DERI para conversar com eles e compartilharem não apenas as preocupações,

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

3132

33

mas as possíveis soluções. Já sabiam que tinham na DAC aquele primeiro encaminhamento da solução de problemas práticos que existiam, como a emissão de um histórico escolar, acolhimento de alunos. Era uma discussão longa que iriam voltar em algum momento, mas quis trazer as preocupações porque o Prof. Osvaldir, Diretor da DERI, solicitou participar de uma reunião da CCPG. Comentou que achava que nem ele teria noção de que eram tantas as questões que a CCPG teria para apresentar. Disse que se concordassem passaria para os pontos seguintes. Sobre o PRINT, que estava associado à questão da internacionalização, o ponto era para chamar a atenção para o cronograma da CAPES, porque alguns professores estavam escrevendo perguntando se já poderiam abrir o processo seletivo para bolsas de estudantes e a resposta era que a CAPES só iria reabrir o sistema do PRINT em setembro. mas ela teria que apresentar o edital. Disse que não era para abrir seleção de bolsistas naquele momento porque ainda não tinham o edital da CAPES. Explicou que primeiro a CAPES publicaria o edital, após, a Unicamp faria um edital em cima do edital aberto pela CAPES, e os programas se adequariam para a seleção dos bolsistas. Comentou que ainda tinham uma enorme incerteza sobre os recursos da CAPES, não havia qualquer informação mais objetiva sobre a possibilidade de retomada do PRINT. Informou que os três pró-reitores das estaduais paulistas pediram uma reunião com a Presidente da CAPES fazia um mês e meio, mas ainda não tiveram retorno. A informação que obtiveram era que a agenda estava lotada e ainda não sabiam quando seriam recebidos. Disse que a reunião seria para colocação de várias questões, não apenas de previsão das atividades da CAPES com relação a todos, mas também de demandas específicas, como saber das possibilidades do PRINT. Passou a palavra para o Prof. Marcelo. O conselheiro Prof. Marcelo El Khouri Buzato desculpou-se dizendo que não sabia se era uma pergunta extemporânea, mas que era uma situação meio urgente. Tinham uma bolsista sanduíche que estava com tudo certo para ir para a Inglaterra, quando desistiram lá, por motivo sanitário, e estavam inseguros se ainda valeria a pena tentar trocar por outra universidade, na qual ela já tinha um novo orientador, ou se não teria chance, já com o relatório do PRINT explodindo em agosto. Disse que a aluna não estava conseguindo retorno no linha direta. Agradeceu. A Sra. Presidente respondeu que não sabia se tinham tempo, mas que poderia encaminhar para tentarem obter uma informação mais detalhada. O conselheiro Prof. Marcelo El Khouri Buzato perguntou se encaminhava para o e-mail da Profa. Rachel. A **Sra. Presidente** respondeu que poderia ser para ela ou para a Sra. Cristina. O conselheiro Prof. Marcelo El Khouri Buzato agradeceu. A Sra. Presidente disse que outro ponto era sobre a atualização das referências bibliográficas no Sistema de Bibliotecas. Comentou que o SBU fez uma reunião com a PRPG e há muitos anos eles não faziam uma

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

3031

32

33

revisão ou atualização das referências bibliográficas das disciplinas obrigatórias da pósgraduação. Explicou que eles faziam permanentemente com a graduação, mas com a pósgraduação havia muito tempo que não era feito e eles queriam aperfeiçoar a coleção. Para aquilo, as disciplinas deveriam atualizar ou não os programas, mas, pelo menos, encaminhar para o SBU. Poderiam ter muitos programas com indicação em disciplinas obrigatórias de livros ou referências que não estivessem acessíveis no SBU e eles queriam fazer aquele processo de atualização. Disse que uma das indicações do próprio SBU era porque existia uma verba orcamentária que era concedida todo ano para o SBU para aquela atualização da graduação e eles viam que era necessário que também houvesse uma verba ou rubrica específica para a pós-graduação, embora houvesse um uso meio que coletivo de muitas coisas. Muitas áreas tinham acesso às referências obrigatórias por periódicos, então, era mais fácil de fazer aquilo, mas mesmo os periódicos, às vezes a CAPES cancelava um título e não avisava a Biblioteca que houve o cancelamento, então aquela atualização seria importante em termos de instrumentalização das fontes para a pós-graduação. Pediu aos coordenadores que solicitassem aos programas e docentes que fizessem aquela atualização, que seria importante. Passou a palavra para a Profa. Bárbara. A conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro perguntou como enviariam as referências para o SBU. A Sra. Presidente respondeu que seria interessante que juntassem na unidade e encaminhassem para o SBU para atualização. Se fossem fazer aquilo, já informaria o SBU que fariam a atualização e que encaminhariam como faziam com a graduação. Explicou que para a graduação, no início de cada de semestre, que ganharam uma certa regularidade para aquilo, pelo menos na sua unidade, encaminhavam o programa para a biblioteca para reservar o livro ou para ter acesso. Na pós-graduação, dificilmente tinham feito aquele encaminhamento e aquela era a demanda do SBU. A conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro perguntou se precisava ser via ofício ou se bastava mandar a listagem. A Sra. Presidente respondeu que poderia ser a listagem. A conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro agradeceu. A Sra. Presidente disse que o outro ponto era o sistema de verificação de similaridade ou verificação de plágio. Disse que era um ponto importante e nem todas as unidades tinham aquilo como obrigatoriedade nas dissertações e teses. Disse que gostaria de consultá-los para saber se consideravam adequado, definirem uma norma que estabelecesse que a verificação de similaridade fosse obrigatória para o encaminhamento das dissertações e teses, porque não era algo obrigatório na universidade, embora o fosse em algumas unidades. Perguntou se fazia sentido encaminharem uma norma que regularizasse a obrigatoriedade daguela verificação. Passou a palavra para a profa. Cláudia. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli comentou

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

3031

32

33

que na FCM fizeram uma instrução normativa e que todas as dissertações e teses passavam pelo Turnitin. Comentou que criaram um acesso com a Biblioteca da unidade e receberam treinamento. O aluno para solicitar a defesa tinha que apresentar um relatório de similaridade acompanhando o pedido de defesa e somente depois daquela verificação, que ela, como coordenadora da CPG, aprovava a tese. Comentou que fizeram um GT na FCM para ver quais eram os índices aceitáveis e quando passava do limite, a comissão do programa se reunia para ver onde estava aquela similaridade e se era aceitável ou não. Disse que já tinham a instrução e que ela estava funcionando muito bem. O que poderia colocar era que a experiência tinha sido boa e estava evitando constrangimentos para frente, mas também trouxe o alerta de que tinham de tomar os cuidados guando a tese ou dissertação era feita na forma alternativa, de artigos. Disse que também normatizaram aquele procedimento, inclusive o cuidado de não deixar clicado para o documento ficar no Turnitin. Comentou que o procedimento foi muito bem aceito por todos os programas, virando instrução normativa que, inclusive, foi aprovada na CCPG. Se pudesse contribuir naquele sentido, a experiência da FCM tinha sido muito positiva e era um aprendizado de boas práticas para os alunos, também para os docentes e orientadores, para o conjunto. A Sra. Presidente perguntou qual era a porcentagem aceita de similaridade. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli respondeu que era abaixo de 20%. Explicou que entre 20% a 25%, a comissão do programa se reunia e verificava onde estava a similaridade, se era possível ou não a comissão emitir parecer autorizando. Disse que tinham um procedimento que o secretário já informava a porcentagem de similaridade do aluno quando chegavam as bancas para serem aprovadas, e poderia aprovar sabendo que estavam de acordo com a instrução. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para o Prof. Ariovaldo. O conselheiro Prof. Ariovaldo José da Silva cumprimentou os presentes e comentou que estavam revisando o Regulamento da FEAGRI e foi uma proposta colocar um item, a exemplo da FCM, que o aluno deveria apresentar o relatório de verificação de similaridade quando fosse solicitar a defesa. Disse que não especificaram que era o Turnitin, sabiam que era o software naquele momento utilizado pela Unicamp, mas deixaram que era a ferramenta recomendada pela BAE. E não especificaram a porcentagem de similaridade, naquele momento sabia que era 24%, mas tinha o entendimento que era em torno de 30%. Comentou que tiveram dificuldades com relatórios de similaridades que passaram dos 30% que eram replicações de metodologias, tinha até a questão da bibliografia utilizada e sabiam que tinham filtros que poderiam ser utilizados no Turnitin, teriam que fazer um manual de instrução. Disse que estavam pedindo que o aluno apresentasse o relatório e que tivesse o parecer do orientador. Se fossem estabelecer aquela porcentagem de similaridade teriam problemas, por

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

questões de similaridade da metodologia que não tinham como filtrar, não tinha como tirar. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli perguntou se poderia fazer um aparte. A Sra. Presidente respondeu afirmativamente. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli disse que, de fato, era 24%. Disse que até 24%, seriam apreciados pela comissão do programa para fins de validação. Entre 24% e 30%, seriam analisados pela comissão e estariam sujeitos à devolução. Acima de 30%, teriam a devolução do material para ajustes e, em caso de recusa, não deixariam fazer a defesa. Disse que nunca tiveram nenhum caso daquele, a não ser que realmente estivesse nos quesitos apontados pelo Prof. Ariovaldo. Explicou que se o relatório de similaridade passasse de 24%, a comissão iria de reunir e verificar. Disse que tiveram casos em que, de fato, era impossível fazer alguma alteração e estava justificado, mas, em outros, o aluno praticamente copiou sob o argumento de que era método e que não tinha como fazer alterando, quando, na realidade, tinha onde trabalhar um pouco mais e manejar aquela porcentagem. Explicou que a Biblioteca já tirava aquelas questões que eram inerentes e que dariam similaridade, como exemplo, citou as referências. Já tinha acordo de que aquelas partes seriam retiradas e não entrariam na similaridade. A Sra. Presidente agradeceu e disse que se achassem conveniente, a PRPG faria a normativa definindo que os programas fariam a definição da porcentagem. Não iriam colocar na universidade uma porcentagem coletiva homogênea para todos, porque talvez houvesse alguma diferença de concepção, mas talvez uma normativa que estabelecesse que as dissertações e teses deveriam vir acompanhadas daquela verificação e as unidades estabeleceriam os limites por normativa interna. Se todos concordassem poderiam proceder naquela direção. Disse que tinha um comentário no chat, mas perdeu. A Sra. Juliana Cristina Barandão informou que escreveu no chat pedindo aos membros que fizessem o comentário no microfone, porque os comentários do chat não entravam na ata. A Sra. Presidente agradeceu e pediu que se houvesse comentários com substâncias no sistema, que o fizessem no microfone para ficar gravado. Passou a palavra para o Prof. Marko. O conselheiro Prof. Marko Synésio Alves Monteiro disse que colocou no chat que começou a usar naquele ano, até pela pandemia, usando simultaneamente o Google Classroom e o Turnitin, e eles apontavam coisas distintas, eram relatórios muito detalhados que apontavam sensibilidades muito diferentes. Disse que queria até comparar o que achava que era plágio e o que o programa achava. Comentou que, às vezes, eles apontavam uma citação, que era uma citação mesmo, então era complicado olhar o número. Disse que uma norma, como aquela, não deveria se basear apenas em números, que achava que a FCM já tinha incorporado aquilo e que talvez variasse por área, assim como as citações variavam. A maneira de definir plágio teria de ser definida na

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

3132

33

unidade, no programa. A Sra. Presidente concordou. O conselheiro Prof. Marko Synésio Alves Monteiro disse que talvez o orientador atestasse que analisou e aquilo não era plágio. Teriam que ter soluções talvez caso a caso. A Sra. Presidente disse que os casos isolados seriam tratados pelo programa ou unidade. Perguntou se consideravam que estabelecer o acesso ao Turnitin poderia ser um problema porque causa de diferenças com outras ferramentas ou poderiam mantê-lo. Respondeu que era o que tinham acesso na universidade pelo SBU. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli disse que concordava com o Prof. Marko e por aquele motivo estabeleceram uma segunda normativa, com as reuniões da comissão para olharem aquela questão. Tinham o número como primeiro olhar e, depois, quando ele passava de 24%, o programa se reunia para verificar se realmente a similaridade indicada, e o relatório era detalhado mesmo, era plágio ou se era aceitável, e após emitido um parecer daquela comissão, aceitavam mesmo que estivesse um pouco acima do limite, porque na realidade entendiam que a similaridade não era plágio, era simplesmente alguma questão de referência ou alguma outra coisa. A Sra. Presidente passou a palavra para o Prof. Ariovaldo. O conselheiro Prof. Ariovaldo José da Silva explicou que não colocou como um problema deixar o Turnitin. Disse que foi uma sugestão dos docentes quando elaboraram o Regulamento de que era um documento que iria ficar em vigor por um bom tempo e seria melhor não deixarem fechado no Turnitin, que era a ferramenta que estavam utilizando naquele momento. A Sra. Presidente agradeceu e disse que o encaminhamento seria que iriam elaborar uma normativa que definia que as dissertações e teses trariam a verificação de similaridade para que houvesse a defesa. Aprovariam na próxima reunião e cada programa ou unidade definiria os seus regulamentos internos. Disse que o próximo ponto, PROAP e Pró-Equipamentos, era somente um alerta sobre os prazos, principalmente no Pró-Equipamentos que o prazo era final do ano e a sugestão da Diretoria Financeira da PRPG era que os gastos fossem feitos até agosto, porque eles tinham que entrar na DGA até outubro para dar conta do pagamento. Sobre o PROAP, disse que os coordenadores receberam as indicações, havia troca de coordenação e tinham que prestar atenção na questão dos cartões, que vários professores já mencionaram as suas dificuldades. Disse que outro assunto era sobre PED e Univesp, que já tinha sido comentado pelo Prof. Elias, mas que talvez valesse fazer o comentário da Univesp e passou a palavra para o Prof. Elias. O Prof. Elias Basile Tambourgi concordou e disse que alguns coordenadores que pediram aumento de prazo ou inscrição de novos alunos fora de prazo chegaram a comentar que possivelmente o edital da Univesp teria prejudicado inclusive a escolha pelo PED, mas na Univesp habilitaram duzentos e cinquenta e quatro alunos, não significava que seriam duzentos e cinquenta e quatro alunos da Unicamp

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

2627

28

29

30

3132

que iriam receber bolsa da Univesp, que fazia a seleção segundo os critérios e as necessidades própria da Univesp. E a própria resolução da CAPES e do PED não impedia que o aluno acumulasse bolsas, ele poderia ser bolsista do programa e ser PED também. Todo semestre o PED e a Univesp corriam paralelos. A Univesp iria selecionar quais alunos da Unicamp seriam chamados na primeira, segunda, terceira ou quarta chamada. Informou que a Sra. Bárbara conseguiu adiantar o pagamento do PED daquele mês, que estava marcado para dia 10, sábado, dia 9 era feriado, então seria antecipado para dia 8. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para o Prof. Enelton. O conselheiro Prof. Enelton Fagnani disse que gostaria de confirmar se tinha entendido direito, se o aluno poderia ter bolsa PED e bolsa Univesp ao mesmo tempo. A Sra. Presidente respondeu negativamente. Disse que uma das interpretações que tiveram, de alguns coordenadores, quando estavam vendo que as adesões ao PED estavam pequenas, que tinha muito menos inscrições, foi a suposição de que talvez o edital da Univesp fosse mais atrativo, que a bolsa PED não tinha seu valor aumentado fazia tempo. Só que, como o Prof. Elias alertou, os qualificados do Univesp não significavam bolsistas imediatamente, eles iriam ser selecionados pela Univesp. Não havia uma concorrência definida entre Univesp e PED, eram menos bolsas, outro valor, então não dava para interpretar que a falta de adesão ao PED fosse aquilo. Disse que estavam apenas alertando alguns coordenadores sobre aquela observação. O conselheiro Prof. Enelton Fagnani disse que queria aproveitar a oportunidade para compartilhar algumas situações que estava acontecendo na FT, a respeito do PED e Univesp. Disse que algum tempo atrás viu alguns problemas na graduação, de alunos bolsistas que estavam atrasando o seu TCC ou a conclusão do curso para continuar recebendo bolsa SAE, e que ainda acontecia em algumas situações. Era complicado julgar, cada um sabia onde o calo apertava, mas era uma realidade. Disse que estava vendo naquele momento com relação à Univesp, que os alunos estavam atrasando a sua defesa por conta de continuar recebendo bolsa Univesp. E mais, alunos que estavam aprovados no programa, mas que ainda não estavam devidamente matriculados, não tinham a documentação e os pressionavam para que acelerassem as coisas, algumas datas que dependiam de órgãos superiores, para eles podessem ser bolsistas Univesp, ou pelo menos poder pleitear a bolsa. Disse que achava muito complicado porque estava tendo uma inversão de valores muito grande. Na verdade, o aluno poderia ser um bolsista Univesp, ele teria o privilégio de pleitear a bolsa desde que fosse um aluno de pós-graduação da Unicamp, não o inverso. Disse que estava vendo com muita preocupação aquele tipo de coisa, de estar sendo pressionado, até por orientadores, por colegas, porque o aluno queria fazer parte da Univesp. Entendia que estavam numa situação de crise financeira muito complicada, mas era

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

uma clara inversão de valores, porque se começassem a colocar o trabalho da Univesp à frente da tese, tinha perdido a função. O aluno poderia ser um bolsista Univesp desde que fosse um pós-graduando. Disse que estavam tendo prejuízo nos trabalhos, na redação de artigos porque a pessoa gueria se dedicar para a Univesp e estava relegando as suas obrigações no Programa de Pós-Graduação. Disse que via aquilo com muita preocupação e não sabia se os colegas também estavam passando por aquilo. O Prof. Elias Basile Tambourgi disse que naquele edital da Univesp tomaram o cuidado de pedir o atestado de matrícula, como documento obrigatório, e vários alunos que não apresentaram não foram habilitados. Disse que tiveram uma porcentagem muito pequena de alunos que não apresentaram todos os documentos, que o edital estava bem fechado, para aluno regularmente matriculado e com atestado de matrícula emitido pela DAC. Disse que era interessante a preocupação do professor daquela tentativa de acelerar ou desacelerar os processos. Era preocupante. A Sra. Presidente disse que era preocupante, mas ela existia há muito tempo. Os alunos tinham muitas estratégias pessoais para manutenção na universidade ou manutenção da bolsa. Alguns resolviam estender o curso de alguma maneira. Comentou que via, nas Humanas, às vezes os alunos fazendo Licenciatura para ficar mais tempo na universidade. E o Prof. Enelton tinha razão, um bolsista Univesp era um aluno de pósgraduação. Teriam que tomar alguns cuidados com os editais para colocar algumas barreiras para aquelas estratégias, mas aquela inversão de valores não era daquele momento. Disse que achava ter a ver um pouco com as estratégias para dar conta das condições, fossem financeiras ou de manutenção dentro da universidade. Passou a palavra para o Prof. Mauro. O conselheiro Prof. Mauro Cardoso Simões perguntou ao Prof. Elias, se do número total de inscritos no PED, arredondando para mil e quatrocentos, se havia dupla ou tripla inscrição. O Prof. Elias Basile Tambourgi respondeu negativamente. Disse que no começo das inscrições, a Sra. Bárbara fazia uma varredura no sistema e já retirava as duplas inscrições. Não tinha perigo nenhum. O conselheiro Prof. Mauro Cardoso Simões agradeceu. A Sra. Presidente comentou que eram bastante inscrições. Disse que mesmo assim se espantaram, que teve um momento quase no final do prazo que havia somente setecentas inscrições, que não era possível que somente metade da demanda tivesse interesse, mas, enfim, depois verificaram que só aumentou. Passou a palavra para o prof. Enelton. O conselheiro Prof. Enelton Fagnani disse que ainda sobre o assunto de bolsas, tinham uma dúvida no programa e não estava seguro de que ela foi totalmente sanada, pois ainda continuava com ela. Disse que tinham situação de alunos que era bolsistas CAPES e bolsistas SAE, ao mesmo tempo. Tinha dúvidas se poderia continuar ou não. A informação que a gestão anterior teve era que pelo SAE não

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

teria problema, mas talvez tivesse pela CAPES e ao aluno teria de devolver os recursos. Disse que estava um pouco na dúvida até que ponto que aquilo poderia ser feito ou não. A Sra. Presidente respondeu que já tiveram uma CCPG que falaram sobre o assunto, que ele ainda não estava na coordenação, mas a CAPES não permitia aquele acúmulo. O SAE tinha um entendimento, que não era o correto, com possibilidade até de ter de devolver aquele recurso. A PRPG fazia o alerta e precisariam ter outra conversa com o SAE sobre o assunto, mas a CAPES não permitia aquele acúmulo de recursos. O conselheiro Prof. Enelton Fagnani agradeceu. A **Sra. Presidente** disse que o próximo item era sobre o CNPa, que já tinham falado sobre, mas gostaria de informar que na sexta-feira, dia 02 de julho, houve a resposta do Edital 02/2021 para as bolsas e os coordenadores tinham acesso. Disse que gostaria de reforçar para que os coordenadores encaminhassem para a PRPG o número de bolsas concedidas, porque iriam colocar no anuário de 2021. Disse que faziam um pequeno gráfico e as bolsas CNPq de mestrado e doutorado, de 2017 para aquele momento, tiveram um decréscimo médio anual de 12% a 15% de bolsas. No caso da Fapesp, entre 2016 até 2019, o decréscimo foi de 48% das bolsas, e de 2019 para 2020, tiveram um acréscimo de quase 50%. Foi um movimento bastante irregular, cair ao longo do tempo 48% e, de repente, subir 50%. As bolsas do CNPg e CAPES mantiveram ao longo do tempo aquela queda média anual de 12% a 15%. Justificou que também por aquele motivo queria ter os números para poder analisar a queda de bolsas do Governo Federal para a universidade. A conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro agradeceu à Profa. Rachel pelos números e perguntou se o levantamento da PRPG contemplava abertura por áreas. A **Sra. Presidente** respondeu negativamente. Disse que não tinha como fazer a divisão por áreas, a não ser que perguntassem caso a caso ou fosse atrás daquela informação isolada. A conselheira Profa. Bárbara Geraldo de Castro agradeceu. A Sra. Presidente disse que a reunião foi rapidíssima na Ordem do Dia e que demoraram todo aquele tempo para o expediente e informes, mas tinha finalizado os pontos e que achou que a reunião foi muito produtiva, agradeceu. Perguntou se alguém gostaria de fazer alguma observação ou colocar algum outro ponto, e passou a palavra para o Prof. Mauro. O conselheiro Prof. Mauro Cardoso Simões disse à Profa. Rachel que os coordenadores dos programas estavam sempre perguntando se, de fato, o relatório sucupira dos destaques seria nos dias 23 e 24 de julho. Perguntou se tinha alguma informação se iria alterar novamente. A Sra. Presidente respondeu que não tinha nenhuma informação, que o prazo estava mantido, mas não descartou a possibilidade da CAPES fazer alguma alteração em cima da hora. O conselheiro Prof. Mauro Cardoso Simões agradeceu. A Sra. Presidente passou a palavra para o Prof. João. O conselheiro Prof. João Batista Fogagnolo perguntou à Profa. Rachel se

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

os representantes discentes estavam presentes na reunião. A Sra. Presidente respondeu que eles estavam presentes. A conselheira Sra. Amanda Rios Ferreira respondeu que estava presente. O conselheiro Prof. João Batista Fogagnolo disse que era pela questão do prazo de integralização, que tinha a decisão de que iriam constantemente verificar a necessidade de aumentar o prazo. Disse que colocou a questão na última reunião, mas era um assunto que não estavam tratando, o tempo estava passando e muitos laboratórios ainda não voltaram a funcionar. Disse que tinha uma certa preocupação com o tema. A Sra. Presidente perguntou se ele tinha chamado a Sra. Amanda por algum motivo. O conselheiro Prof. João Batista Fogagnolo disse que não, porque era uma questão que foi inicialmente levantada pela representante dos alunos. A Sra. Presidente perguntou se a Sra. Amanda gostaria de falar. O conselheiro Prof. João Batista Fogagnolo disse que estava vendo que aquela questão não estava sendo mais discutida, em tese, porque o prazo já estaria adequado, mas tinha as suas dúvidas se estava ou não adequado. A conselheira Sra. Amanda Rios Ferreira disse que os alunos os estavam procurando com relação ao retorno da GR 049, que eles estavam muito preocupados com aquela possibilidade de retorno, como seria feito e que as demandas com relação aos prazos caíram bastante. Disse que tiveram procura de dois ou três alunos que tiveram problema com programas, mas que consequiram encaminhar para as próprias secretarias. A representação discente estava mais envolvida com aquela questão do retorno mesmo, porque o pessoal estava na expectativa de conseguir retornar aos laboratórios, naquele momento. Então, não sabia se de repente retomariam ou esperariam um pouco mais para retomar aquele assunto. A Sra. Presidente perguntou ao Prof. Orlando se gostaria de falar sobre aquele assunto ou seria outro. O conselheiro Prof. Orlando Luis Goulart Peres respondeu que seria outro assunto. A Sra. Presidente respondeu ao Prof. João que ficaram mesmo de marcar uma nova discussão no início do segundo semestre, que fariam uma avaliação se precisariam prorrogar ainda mais o prazo já prorrogado. Disse que não sabia se a CCPG considerava que devessem encaminhar alguma medida naquela direção ou se poderiam esperar agosto. Se fosse o caso, fariam um levantamento para verificar as possibilidades e virem para aquela discussão já com ideia de como estava ou de definir uma nova medida de prorrogação. E sobre o caso da observação da Sra. Amanda, disse que achava que tinham muitas dúvidas sobre o retorno, que em agosto, poderiam convidar a Dra. Patrícia, que era uma das coordenadoras do grupo de controle do Covid, para vir falar um pouco sobre o retorno dos laboratórios, porque teriam uma série de medidas que estavam colocadas para os diretores. Não sabia se todos já retiraram as dúvidas, porque a GR que definiu era longa, cheia de detalhes e ainda ficavam dúvidas. Se considerassem que uma

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16 17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

reunião seria importante, poderiam convidar a Dra. Patrícia para virem conversar com a CCPG sobre o retorno dos alunos, mais especificamente da pós-graduação. Perguntou o que achavam. A conselheira Profa. Rosângela Ballini disse que concordava com a Dra. Patrícia, que achava que precisavam de mais elementos, inclusive para decidir quanto ao GT sobre a extensão ou não de prazos. Disse que via como melhor encaminhamento ser a partir de agosto e tomar uma decisão sobre o que era possível trazer. A Sra. Presidente perguntou se consideravam já trazer na reunião de CCPG de agosto seria importante ou fariam antecipadamente uma reunião sobre o retorno de laboratório, antes, ainda em julho. Poderia tentar trazê-la, mas seria uma reunião extraordinária para aquilo. O conselheiro Prof. Orlando Luis Goulart Peres disse que sobre aquele assunto específico, o Instituto de Física já tinha começado a questão sobre como fazer aquele procedimento, que teve um regulamento da congregação e já estava havendo um movimento. O problema estava sendo muito forte porque tinham muitas pessoas que precisavam de laboratório. Os alunos estavam preocupados com aquela questão, não somente alunos, mas também os professores, sobre a questão da tese, o que teriam que ter do assunto e já tinha comecado com o movimento para dividir e para retornar. A pós-graduação não tinha começado ainda a perguntar para os alunos se eles queriam voltar presencialmente, mas já estavam vendo. Disse que talvez agosto já seria muito tempo depois do que já teriam implementado, uma reunião antes daquilo seria melhor. A Sra. Presidente perguntou se todos concordavam e disse que estava com receio de fazer dois trabalhos iguais, porque as unidades estavam se organizando para aquilo e, de repente, a PRPG fazer aquilo poderia parecer uma coisa se sobrepondo à outra. Disse que estava com aquele receio, mas que poderia consultar a Dra. Patrícia e ver se ela entendia que talvez valesse fazer um comunicado mais específico. Disse que não sabia quais eram as demandas dos alunos que a Sra. Amanda colocou, mas estava com medo de fazer sobreposição de trabalho e de funções. Passou a palavra para o Prof. Marcelo. O conselheiro Prof. Marcelo Lancellotti disse que já tinha sido respondido, que na Farmácia estavam como na Física. Disse que estavam fazendo internamente pelo mesmo motivo, que estavam extremamente preocupados porque precisavam retomar as atividades, que chegaram num ponto que não tinham como adiar, as atividades teriam de ser retomadas. Disse que também tinha aquele medo de começarem a sobrepor as coisas. A Sra. Presidente concordou e passou a palavra para a Sra. Amanda. A conselheira Sra. Amanda Rios Ferreira respondeu que muitos dos questionamentos dos alunos foram tratados no dia anterior, na CEPE, que um professor levantou questões sobre a GR, principalmente com relação ao termo deveria, que era uma das questões que os alunos estavam bem preocupados. A Sra. Presidente passou a palavra da

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

11 12

13

14

15 16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

Profa. Cláudia. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli disse que concordava com a questão de sobreposição, que as unidades já tiveram aquela reunião com a Dra. Patrícia e já tinham um acordo com os diretores e tudo que faziam ali também tinha de ter acordo na unidade, então também compartilhava com a Profa. Rachel daquela posição e, de repente, não estarem fazendo em duplicidade algo desnecessário. A Sra. Presidente respondeu afirmativamente e complementou que seria sem legitimidade, porque era o comitê que definia as coisas com os diretores. A conselheira Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli disse que tinham na unidade o comitê de crise. A Sra. Presidente disse que não tinham autoridade para ficar definindo as coisas ali, já que as unidades estavam encaminhando aquelas definições. A sua sugestão era que em agosto fizessem a discussão sobre a necessidade ou não de prorrogação da integralização dos alunos. O conselheiro Prof. João Batista Fogagnolo disse que iria fazer um pequeno comentário, que o espírito da última reunião foi que enquanto houvesse restrições o prazo deveria ser aumentando em proporção às restrições. Aquele aumento já tinha vencido, ou seja, tinham começado a entrar em um intervalo de tempo em que o tempo de restrição era maior do que o tempo que deram de prorrogação. A Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Amanda. A conselheira Sra. Amanda Rios Ferreira disse que, tendo em vista o que o Prof. João Batista colocou, uma das coisas que discutiram em uma reunião dos alunos foi que o retorno estava vinculado também à vacinação e, de repente, poderiam pautar a prorrogação à vacinação completa, que estava planejada para setembro, para a idade de 18 a 25 anos. Sugeriu que na próxima reunião tratassem da prorrogação para chegar até a vacinação. A Sra. Presidente agradeceu e passou a palavra para o Prof. Orlando. O conselheiro Prof. Orlando Luis Peres disse que era sobre um assunto que já enviou e-mail para a PRPG, mas era somente para expressar para outras pessoas que também tinham demandas que alguns professores da Física tinham trabalho e pesquisa no hospital e tinham alunos de pós-graduação que iriam precisar retomar as atividades e não estavam vacinados, eram mais jovens. Disse que foi informado que acabaram as vacinas que seriam para a parte da saúde e não sabia se poderiam encaixar os alunos de pós-graduação que tinham trabalho em pesquisa que seria realizada no hospital. A Sra. Presidente respondeu ao Prof. Orlando que não sabia como resolver aquilo, a não ser encaminhar aquelas demandas para o comitê, porque não sabia a viabilidade de ter vacinas e não sabia se justificaria passar de uma fila para outra na vacinação. Disse que aquelas questões eram muito específicas do comitê. Passou a palavra para o Prof. Elias. O Prof. Elias Basile Tambourgi disse que para os coordenadores mais novos, que Campinas ia abrir a vacinação, naquele dia, às cinco horas da tarde, para a partir de 37 anos. A Sra. Presidente disse que se houvesse alguma dúvida

1 2

3

4

5 6

7

8

9

10

11 12

13 14

15 16

17

18

19 20

21

22

23

24

25

26

27

28 29

3031

32

33

adicional sobre as questões de vacinação de alunos, que poderiam enviar para a PRPG que encaminharia para o comitê, ou que poderiam encaminhar direto para a Dra. Patrícia ou para o e-mail em geral do comitê para ter aquelas dúvidas resolvidas, porque a PRPG não teria autoridade para nenhuma decisão para resolver o problema. Disse que em agosto tratariam a possível prorrogação da integralização para os alunos. Perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, declarou encerrada a reunião. Agradeceu a atenção de todos e disse que estava a disposição de todos.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **387ª Reunião Ordinária da CCPG**, realizada em 08 de setembro de 2021.